



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE BACABAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE MATEMÁTICA LICENCIATURA

EDUARDA PEREIRA DE SOUSA

**ARITHMÉTICA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE AYRES DE
VASCONCELLOS CARDOSO HOMEM E DOMINGOS AFFONSO MACHADO
(MARANHÃO, SÉCULO XIX)**

Bacabal - MA

2022

EDUARDA PEREIRA DE SOUSA

**ARITHMÉTICA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE AYRES DE
VASCONCELLOS CARDOSO HOMEM E DOMINGOS AFFONSO MACHADO
(MARANHÃO, SÉCULO XIX)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Matemática da
Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA, Campus Bacabal, como requisito
para obtenção do grau de licenciatura em
Matemática.

Orientadora: Prof.^a Ma. Marylucia
Cavalcante Silva

Bacabal - MA

2022

Sousa, Eduarda Pereira de.

Aritmética escolar nos livros didáticos de Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem e Domingos Affonso Machado (Maranhão, século XIX) / Eduarda Pereira de Sousa. – Bacabal, MA, 2022.
74 f.

TCC (Graduação) – Curso de Matemática Licenciatura, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Prof^a Ma. Marylucia Cavalcante Silva.

1. Maranhão. 2. Escola primária. 3. Livros didáticos. 4. Aritmética escolar.

I. Título.

CDU: 511.1(812.1) (075)

EDUARDA PEREIRA DE SOUSA

**ARITHMÉTICA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE AYRES DE
VASCONCELLOS CARDOSO HOMEM E DOMINGOS AFFONSO MACHADO
(MARANHÃO, SÉCULO XIX)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Matemática da
Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA, Campus Bacabal, como requisito
para obtenção do grau de licenciatura em
Matemática.

Aprovado em: 02 / 08 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Marylucia Cavalcante Silva
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
ORIENTADORA

Prof. Esp. Fabiano Brito Duailibe
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
1º EXAMINADOR

Prof. Dr. Raimundo José Barbosa Brandão
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
2º EXAMINADOR

Dedico este trabalho a Deus, por me dar forças; a todos da minha família, em especial meus pais; a minha orientadora; meu namorado e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela saúde, forças, bênçãos e pelas inúmeras oportunidades de trilhar e chegar neste momento.

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, *campus* Bacabal, por todos os ensinamentos e aprendizados que contribuíram para minha formação acadêmica.

À prof.^a Rose Mary Soares, diretora do *campus* Bacabal, e ao Departamento e Direção do Curso Licenciatura em Matemática, bem como a todos os professores e técnicos-administrativos.

À minha querida orientadora, professora Marylucia Cavalcante Silva, pelo incentivo, paciência e inúmeras sugestões no processo de construção desse texto. Por envolver-me e aprofundar-me nas leituras do campo da História da educação matemática-Hem. Sou grata pela sintonia de mão dupla que deu certo. Muito obrigada, professora!

Aos meus pais, Elisângela Pereira e Domingos Coimbra, por todo apoio e por sempre estarem do meu lado em todos os momentos. Ao meu irmão Eduardo Pereira e meus irmãos paternos. Aos meus tios, Ariosvaldo e Lucilene, que me incentivaram a entrar na Universidade. E a todos da minha família que contribuíram para minha formação.

Ao meu namorado, Weverson Fernandes, por todo carinho, apoio e companheirismo.

A todos meus amigos, em especial, minha amiga Evilanny pela contribuição e parceria no processo de realização deste trabalho. Aos meus colegas de curso Sabrina, Raone, Bruno, Ruan, Ítalo, Rardson, Eliamara e Jeferson, pela amizade e pelos bons momentos vividos no decorrer desses anos.

A todos que, de alguma forma, contribuíram (in)diretamente para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!!!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho versa sobre a *Arithmética Escolar* direcionada ao ensino primário, em dois livros didáticos, publicados no Estado do Maranhão no século XIX. O primeiro livro, de autoria de Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, foi publicado em 1846. O segundo, de Domingos Affonso Machado, publicado em 1895. Tem-se como objetivo investigar a organização dos conteúdos Aritméticos propostos nos livros didáticos de Ayres de Vasconcellos e Domingos Machado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental-descritiva. Contamos com a contribuição teórica de autores como: Valente (2007; 2013), Silva (2016) Bittencourt (1993), Bloch (2002), Costa (2010), Pinto (2007), dentre outros. Para a pesquisa documental, os livros didáticos de autoria de Homem e Machado foram tomados como fonte principal. Assim sendo, tem-se a seguinte questão norteadora: como os conteúdos de *Arithmética* foram organizados nos livros didáticos *Primeiras Noções de Arithmetica* e *Questões Práticas de Arithmetica*, para o uso dos alunos das escolas de ensino primário no Maranhão do século XIX? É importante ressaltar que tais livros foram coletados no Repositório de Conteúdo Digital-RCD do GHEMAT. Como resultados preliminares, o estudo aponta que os LDs abordados apresentam os assuntos de *Arithmética* de forma didática e com metodologia direta, apresentando exemplos práticos para explicação do conteúdo.

Palavras-chave: Maranhão. Escola Primária. Livros didáticos. Arithmética escolar.

ABSTRACT

This work deals with School Arithmetica directed to primary education, in two textbooks, published in the State of Maranhão in the nineteenth century. The first book, by Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, was published in 1846. The second, by Domingos Affonso Machado, published in 1895. Its objective is to investigate the organization of the Arithmetic contents proposed in the textbooks by Ayres Vasconcellos and Domingos Machado. This is a qualitative, bibliographic and documentary-descriptive research. We rely on the theoretical contribution of authors such as: Valente (2007; 2013), Silva (2016) Bittencourt (1993), Bloch (2002), Costa (2010), Pinto (2007), among others. For the documentary research, the textbooks authored by Homem and Machado were taken as the main source. Therefore, we have the following guiding question: how were the contents of Arithmética organized in the textbooks *First Notions of Arithmetica* and *Practical Questions of Arithmetica* for the use of students from primary schools in Maranhão in the nineteenth century? It is important to note that these books were collected in the GHEMAT Digital Content-RCD Repository. As preliminary results, the study points out that the textbooks addressed present the subjects of Arithmetic in a didactic way and with a direct methodology, presenting practical examples to explain the content.

Keywords: Maranhão. Primary school. Didactic books. arithmetic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dom Miguel I concede o direito a Ayres de Vasconcellos e José de Albuquerque de usar a Medalha de ouro com sua Real Efigie	36
Figura 2 - Nomeação de Ayres de Vasconcellos para professor da disciplina de Filosofia	37
Figura 3 - Livro Primeiras Noções de Arithmetica	38
Figura 4 - Extrato da Ata da sessão da Congregação do Liceu	39
Figura 5 - Anúncio do livro de Ayres de Vasconcellos	40
Figura 6 - Anúncio da 3ª edição do livro de Ayres de Vasconcellos.....	40
Figura 7 - Algumas definições abordadas na primeira lição do livro	42
Figura 8 - Exemplo para a escrever em algarismo o número.....	44
Figura 9 - Exemplo de Regra de Companhia.....	47
Figura 10 - Exemplo resolvido de juros.....	48
Figura 11 - Domingos Affonso Machado	49
Figura 12 - Notícia sobre Joaquim de Freitas Machado.....	50
Figura 13 - Domingos é aprovado em concurso público	51
Figura 14 - Capa do livro “Questões Práticas de Arithmetica”.....	53
Figura 15 - Exemplo de proporção.....	55
Figura 16 - Fórmulas: juros, taxa, capital e tempo	56
Figura 17 - Desconto por fora e por dentro	57
Figura 18 - Exemplo para tempos iguais e entradas diferentes	58
Figura 19 - Exemplo para entradas iguais e tempos diferentes	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Palavras-chave utilizadas e resultados das buscas em bases de dados	19
Quadro 2 - Trabalhos selecionados para a pesquisa	20
Quadro 3 - Relação dos trabalhos selecionados para pesquisa	21
Quadro 4 - Marcos históricos iniciais do LD	27
Quadro 5 - Marcos históricos sobre o percurso do livro didático no Brasil.....	32
Quadro 6 - Lições do livro de Ayres de Vasconcellos (1846, p. 5-63)	41
Quadro 7 - Conteúdos Matemática no Livro de D.M.A. (1895)	54

LISTA DE SIGLAS

- BDTD - Banco Digital de Teses e Dissertação
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático
- EP - Ensino Primário
- FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- GHEMAT - Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática no Brasil
- HEM - História da Educação Matemática
- INL - Instituto Nacional do Livro
- LD - Livro Didático
- MA - Maranhão
- MEC - Ministério da Educação
- PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
- PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
- RCD - Repositório de Conteúdo Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Minha trajetória.....	13
1.2 Organização do trabalho	15
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	16
2.1 Questão de pesquisa	17
2.2 Objetivos	17
2.2.1 Geral.....	17
2.2.2 Específicos	17
2.3 Metodologia	18
2.4 Levantamento de dados da pesquisa – Aritmética escolar no Maranhão .	18
2.4.1 Documentos oficiais para o ensino primário no Maranhão, século XIX	24
2.5 Um pouco sobre a história do Livro didático no Brasil	26
2.6 O ofício do historiador: o encontro com as fontes bibliográfica e documental	33
3 ARITMÉTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE AYRES DE VASCONCELLOS CARDOSO HOMEM PARA ESCOLA PRIMÁRIA DO MARANHÃO	36
3.1 Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem: biografia e trajetória de atuação profissional	36
3.2 Livro didático “Primeiras Noções de Arithmetica para uso das escholas de ensino primário”.....	38
4 ARITMÉTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE DOMINGOS AFFONSO MACHADO PARA ESCOLA PRIMÁRIA DO MARANHÃO	49
4.1 Domingos Affonso Machado: biografia e trajetória de atuação profissional.	49
4.2 Livro didático Questões Práticas de Arithmetica, 1895	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – ALGUMAS REFLEXÕES	59
REFERÊNCIAS.....	61
LIVROS DIDÁTICOS CONSULTADOS.....	65
JORNAIS CONSULTADOS.....	66
REVISTA CONSULTADA.....	66
ANEXOS	67

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a *Aritmética Escolar* apresentada em dois livros didáticos publicados no Estado do Maranhão no século XIX, de autoria de Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem (1846) e Domingos Affonso Machado (1895), ambos do século XIX, época do avanço da Instrução Pública no Brasil.

Assim sendo, esta pesquisa se justifica para fins de investigar em dois *best-sellers* maranhenses, intitulados *Primeiras Noções de Arithmetica Para o Uso das Escolas de Ensino Primário* e *Questões Práticas de Arithmetica*, a Aritmética Escolar para o ensino nas escolas primárias. As versões digitais destes livros didáticos (LDs) são localizadas no Repositório de Conteúdo Digital-RCD do GHEMAT Brasil. Tal escolha temática levou-nos a coletar dados históricos para melhor compreender a organização dos conteúdos aritméticos propostos nas obras didáticas de Ayres de Vasconcellos e Domingos Machado.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental-descritiva, tomada pelo seguinte questionamento: como os conteúdos de Aritmética foram organizados nos livros didáticos *Primeiras Noções de Arithmetica* e *Questões Práticas de Arithmetica*, para o uso dos alunos das escolas de ensino primário no Maranhão? Autores como: Valente (2007; 2013), Silva (2016), Bittencourt (1993), Bloch (2002), Costa (2010), Pinto (2007), dentre outros, subsidiaram a escrita do texto.

Para tornar inteligível ao leitor todo percurso deste estudo, a organização deste trabalho monográfico encontra-se configurada em três capítulos, além da introdução, considerações finais e referências. Iniciaremos com a seção introdutória, em que faremos um breve detalhamento da minha trajetória enquanto pesquisadora iniciante.

1.1 Minha trajetória

Em 2017, no primeiro período do curso de Matemática Licenciatura, *campus* Bacabal, por meio da disciplina Metodologia Científica, muitas inquietações levaram-me a pensar sobre o que ensinar e como ensinar na elaboração de projeto de pesquisa. Isso me possibilitou aprofundamento na pesquisa bibliográfica e documental.

Em 2018, no terceiro período do curso, ocorreu o meu primeiro contato com pesquisa em História da educação matemática-Hem¹, surgiu, então, o interesse em pesquisa documental e histórica, com a disciplina Política Educacional Brasileira, ministrada pela professora Marylucia Cavalcante Silva. Em suas aulas, sempre instigando os alunos à iniciação científica e sugerindo contato com acervos pessoais e bibliotecas públicas de documentos oficiais nos arquivos maranhenses e nas plataformas de pesquisa, como Repositório de Conteúdo Digital do GHEMAT Brasil, CAPES, Scielo, BDTD, dentre outros. Em seguida, houve minha primeira interação com documentos, a exemplo de Leis, Decretos e Regulamentos. De início, muitas dúvidas, fui pesquisar em Le Goff (1990) que faz distinção entre documento/monumento².

Ainda no mesmo ano, participei do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Tecnologia e Sociedade (GEPTS), coordenado pelo professor Bruno Rogens, em que fui contemplada com uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O trabalho era voltado para o uso das tecnologias informacionais nas escolas da cidade de Bacabal, a obtenção dos dados foi mediante questionários aplicados.

Em 2019, participei do XXXI Seminário de Iniciação Científica da UEMA, que foi muito relevante devido ao meu envolvimento na pesquisa científica. Em síntese, posso dizer que todas essas participações em eventos científicos me motivaram, agregando conhecimento e desenvolvimento profissional.

Destaco que minha participação no grupo de Iniciação Científica (extensão), sob a coordenação da Professora Marylucia Cavalcante Silva (UEMA), provocou-me a pensar em que concerne os “saberes”, o “quê” e “como” ensina o professor de matemática, ou melhor, que saberes estão presentes na formação do professor que ensina matemática. Nas reuniões semanais do grupo, alguns autores como Wagner Valente, Alain Choppin, Circe Bittencourt, André Chervel, dentre outros, eram discutidos, fomentando o debate acerca dos saberes do professor que ensina matemática, além da gênese do livro didático (organização dos conteúdos) e a história

¹ HEM é entendido como “a produção de uma representação sobre o passado da educação matemática. Não qualquer representação, mas aquela construída pelo ofício do historiador” (VALENTE, 2013, p. 25).

² Para o autor (LE GOFF, 1990, p. 462), documento tem significado de prova. E monumento é “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”, é um indício do passado.

das disciplinas escolares. Esses momentos foram muito ricos, de modo a escolher, de fato, sobre a temática em estudo.

1.2 Organização do trabalho

Para melhor compreensão do leitor e investigação da temática em estudo, organizou-se a estrutura deste trabalho em quatro capítulos, além das considerações finais, referências e anexos.

No primeiro capítulo, a introdução, apresentamos minha trajetória e envolvimento com a pesquisa documental, compartilhando os primeiros acordos no âmbito da pesquisa, as motivações para escolha do tema e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, trataremos sobre o percurso teórico-metodológico, abordaremos a questão de pesquisa, os objetivos, levantamentos de pesquisas sobre a Aritmética escolar, além de apresentar um breve percurso histórico do Livro Didático (LD) e o ofício do historiador no processo historiográfico de encontro com as fontes.

No terceiro capítulo, dar-se-á ênfase à Arithmética no livro didático Primeiras Noções de Arithmetica, obra de Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem. Ainda nessa seção, elementos da biografia do autor e a descrição dos conteúdos aritméticos serão contemplados.

No quarto capítulo, discorreremos sobre Arithmética no livro didático Questões Práticas de Arithmetica, cuja autoria é de Domingos Affonso Machado. A biografia do autor e os conteúdos aritméticos também serão abordados.

Finalizaremos com as considerações finais, em seguida, as referências e anexos.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo traz a questão problematizadora, os objetivos e a metodologia da pesquisa. Seguiremos com um pouco da historicidade do Livro didático³ no Brasil e com os elementos do ofício do historiador no encontro com as fontes. Tal percurso será de vital importância na condução do leitor no texto.

Antes, é importante mencionar que os pesquisadores, gradualmente, são movidos por novos questionamentos, ampliando suas possibilidades de investigação, de modo a expandir seu campo com novas produções históricas. Dessa maneira, os Livros Didáticos (LDs) se tornaram fontes promissoras de inovações de pesquisas, deixaram de ser somente um manual escolar, passando a ser objeto científico.

O LD se torna uma ferramenta importante e uma fonte de investigação na História da educação matemática (Hem). Valente (2013, p. 26) aborda que o ofício do pesquisador da Hem é conhecer historicamente os métodos de ensino e aprendizagem da matemática e suas representações em diferentes contextos e épocas. Essa constatação tem levado pesquisadores do ramo a se engajarem em diversos debates e novas pesquisas.

Para Silva (2011), o LD considerado como um documento histórico, proporciona o aumento do objeto de análise, principalmente porque na área da Historiografia pode-se encontrar diferentes abordagens dependendo do autor lido. Ou seja, quanto à leitura, não existe somente uma história, mas sim histórias, que são trabalhadas de maneira própria pelos vários pesquisadores que observaram nela a chance de entender o aspecto que as pessoas liam.

Para Choppin (2002),

os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem (CHOPPIN, 2002, p. 13).

No excerto acima, o autor pondera dizendo que os manuais, quer dizer, os LDs são uma fonte privilegiada para os historiadores. O LD é um objeto composto de várias funções, variando conforme a forma de utilização ao grau de ensino, à época,

³ Conforme o Glossário GHEMAT Brasil (2016, p. 10), as concepções de investigação atualmente buscam interrogar os LDs, não apenas sobre sua materialidade, mas sobre os procedimentos das transformações pedagógicas e didáticas.

etc. Choppin (2004, p. 553) apresenta quatro funções exercidas pelo LD, são elas: “referencial”, “instrumental”, “ideológica e cultural” e “documental”.

A função referencial apresenta a ideia de que os LDs estabelecem a base privilegiada dos assuntos na educação; a função instrumental trata de o LD colocar em prática as formas de aprendizagem, visando a contribuição para a resolução de problemas, memorização dos conteúdos, etc.; já a função ideológica e cultural indica como o LD pode ser um fator importante da cultura, língua e dos valores; a documental trata de privilegiar a autonomia dos alunos, em que o LD pode fornecer documentos e textos que podem ampliar sua capacidade crítica (CHOPPIN, 2004).

2.1 Questão de pesquisa

Como os conteúdos de Arithmética foram organizados nos livros didáticos *Primeiras Noções de Arithmetica* e *Questões Práticas de Arithmetica*, para o uso dos alunos das escolas de ensino primário no Maranhão?

2.2 Objetivos

2.2.1 Geral

Investigar a organização dos conteúdos de Arithmética nos livros didáticos *Primeira Noções de Arithmetica*, de Ayres de Vasconcellos, e *Questões Práticas de Arithmetica*, de Domingos Machado.

2.2.2 Específicos

- Mapear pesquisas científicas que versam sobre a Aritmética Escolar no Maranhão;
- Coletar dados informativos na legislação oficial sobre a historicidade do Livro Didático no Brasil;
- Descrever a biografia e atuação profissional dos autores;
- Descrever refletindo a organização dos conteúdos de Aritmética nos Livros Didáticos de Vasconcellos e Machado;

- Identificar a metodologia aplicada ao ensino de Aritmética nos Livros Didáticos de Vasconcellos e Machado.

2.3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfica e documental-descritiva. A “[...] pesquisa bibliográfica acontece quando é elaborada a partir de material já publicado em livros e artigos de periódicos [...]” (SILVA, 2016, p.27). Conforme preceitua Silva (2016), a pesquisa de cunho bibliográfico diz respeito à contribuição de diferentes autores. Triviños (1987) enfatiza que a pesquisa documental proporciona ao pesquisador a capacidade de agregar uma grande dimensão de dados sobre leis de educação, planos de estudos, livros-texto, etc.

De outra parte, pesquisar, segundo Valente (2013), envolve formular uma questão-problema, de modo que o pesquisador determine os primeiros acordes da investigação. Isso exige informações possíveis acerca do que se pretende pesquisar, logo, a importância da coleta para a análise dos dados e sustentação científica.

Este trabalho toma como fundamentação os seguintes autores: Valente (2007; 2013), Bittencourt (1993), Bloch (2002), Costa (2010), Pinto (2007), Silva (2016), dentre outros. Os livros didáticos examinados foram localizados no Repositório de Conteúdo Digital-RCD, do GHEMAT Brasil (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853>). Buscamos na BDTD, Capes, Scielo e repositório do GHEMAT, artigos, teses e dissertações para leituras e fichamentos com intuito de auxiliar no processo de construção desse trabalho.

2.4 Levantamento de dados da pesquisa – *Aritmética escolar* no Maranhão

Para constituir o *corpus* de análise com dissertações, teses e artigos, buscamos trabalhos relacionado à Aritmética Escolar no MA nas seguintes bases de dados: CAPES⁴, BDTD⁵, RCD do GHEMAT Brasil⁶ e SCIELO⁷.

⁴ CAPES (<https://www.gov.br/capes>).

⁵ BDTD (<https://bdt.d.ibict.br/>).

⁶ RCD do GHEMAT Brasil (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>).

⁷ SCIELO (<https://www.scielo.br/>).

Para a coleta de dados, foram utilizadas as palavras-chave nas plataformas supracitadas, por exemplo: Aritmética Escolar no MA, Ensino Primário no MA, Instrução Pública do MA, Livros didáticos de Aritmética no MA, como demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1 - Palavras-chave utilizadas e resultados das buscas em bases de dados

Palavras-chave	Resultados			
	CAPEs	BDTD	GHEMAT	Scielo
Aritmética Escolar no MA	49	7	12	-
Ensino Primário no MA	357	29	23	01
Instrução Pública do MA	367	41	26	02
Livros didáticos de Aritmética no MA	26	01	9	-
Total	799	78	70	03

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações coletadas em bases de dados (CAPEs/BDTD/GHEMAT/SCIELO), 2022.

No banco de dados da CAPEs, foi adicionado o filtro de idioma em Português para coletar somente trabalho nessa língua. O total de trabalhos encontrados nesse banco de dados foram 799 (setecentos e noventa e nove). Na BDTD, foram encontrados 78 (setenta e oito), nos acervos do Repositório de Conteúdo Digital-RCD do GHEMAT Brasil foram encontrados 70 (setenta), e no site da Scielo apenas 3 (três). Foi possível observar que sempre havia trabalhos que apareciam mais de uma vez, ou seja, trabalhos eram duplicados na base de dados.

Do total de dados coletados, foram selecionados os que mais se assemelham à temática em estudo, a Arithmética Escolar no Maranhão, conforme mostra o quantitativo de trabalhos selecionados no Quadro 2.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados para a pesquisa

Palavras-chave	Trabalhos selecionados para a pesquisa			
	CAPES	BDTD	GHEMAT	SciELO
Aritmética Escolar no MA	-	01	01	-
Ensino Primário no MA	-	02	01	01
Instrução Pública do MA	01	02	-	-
Livros didáticos de Aritmética no MA	-	-	01	-
Total	01	05	03	01

Fonte: Elaborado pela autora através de buscas em bases de dados (CAPES/BDTD/GHEMAT/SCIELO), 2022.

Como mostra o Quadro 2, foram selecionados para a pesquisa 10 (dez) trabalhos, sendo 3 (três) Teses, 3 (três) Dissertações e 4 (quatro) artigos. De certo, todos os trabalhos subsidiaram direta ou indiretamente o texto no processo de compreensão da Aritmética escolar. Da plataforma CAPES, um trabalho foi selecionado; da BDTD, cinco trabalhos; do Repositório de Conteúdo Digital-RCD do GHEMAT Brasil, três trabalhos e da plataforma SCIELO, um trabalho. Os trabalhos selecionados serão apresentados seguindo respectivamente a ordem no Quadro 3, na qual são utilizadas as seguintes letras A (artigo), D (dissertação) e T (tese), a saber:

Quadro 3 - Relação dos trabalhos selecionados para pesquisa

Nºord	Autor	Título	Tipo	Ano
1	Waléria de Jesus Barbosa Soares	Juros em livros didáticos de matemática no Maranhão do século XIX.	T	2009
2	Samuel Luis Velásquez Castellanos	O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições.	T	2012
3	Selma Romana Costa de Albuquerque	A mulher professora e o ensino primário do estado do Maranhão na década de 1960.	D	2012
4	Odaléia Alves da Costa	O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861- 1881).	T	2013
5	Elisangela Pereira Gomes	A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX.	D	2015
6	Marylucia Cavalcante Silva	Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos para o ensino público primário entre Maranhão e São Paulo: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895.	D	2016
7	Samuel Luiz Velázquez Castellanos	A instrução da criança desvalida no Maranhão oitocentista.	A	2019
8	Marcos Denilson Guimarães e Waléria de Jesus Barbosa Soares	A expertise docente de Domingos Affonso Machado e sua obra de aritmética.	A	2020
9	Maria do Carmo Alves da Cruz e Neuza Bertoni Pinto	Joaquim de Oliveira Santos e a modernização da aritmética da escola primária ludovicense, de (2020).	A	2020
10	Samuel Luis Velásquez Castellanos	A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista.	A	2020

Fonte: Elaborado pela autora através de buscas em bases de dados (CAPES/BDTD/GHEMAT/SCIELO), 2022.

A tese intitulada “Juros em livros didáticos de matemática no Maranhão do século XIX”, de Soares (2009), trata sobre os LDs de matemática feitos no MA ou propagados por maranhenses, decorrentes do século XIX. Foi possível observar a Aritmética nos livros tratados pela autora na qual analisa especificamente o assunto de juros, dando ênfase ao livro de Ayres de Vasconcellos, analisando sua aritmética.

A autora menciona que os LDs do século XIX, aqueles tratados em sua tese, davam destaque ao conteúdo de juros, isso se justifica pela força comercial da época.

A tese “O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições”, de Castellanos (2012), tratou da representação dos livros escolares no Maranhão Império e sua representatividade no ensino. Nele foi possível verificar os conteúdos que eram ensinados de Aritmética, tais como: definição, números, quatro operações, números inteiros, decimais e complexos.

A dissertação de Albuquerque (2012), “A mulher professora e o ensino primário do estado do Maranhão na década de 1960”, discute a atuação da mulher enquanto professora no EP do Maranhão, dando visibilidade e valorização à mulher no campo da educação. A autora aponta que a Matemática tinha que ser ensinada de forma real e prática, proporcionando às crianças conhecimentos de aritmética relacionados às situações práticas do cotidiano, como o comércio.

A tese intitulada “O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)”, de Costa (2013), aborda sobre o uso do Livro do Povo, sua produção e circulação no Maranhão. No que concerne à Aritmética, o autor versa sobre documentos que abrangem o ensino dessa disciplina, além de listas de LDs que envolviam esses conhecimentos.

A dissertação “A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX”, de Gomes (2015), analisa o caminho de José do Nascimento na docência do MA, levando em consideração as técnicas que o tornaram um intelectual de destaque, principalmente seu trabalho e posição no ensino secundário. A autora discorre que ele atuou como professor de Aritmética, Geometria e Álgebra na escola normal. Traz informação que no curso integral era cobrado Aritmética prática e comercial.

A dissertação intitulada “Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos para o ensino público primário entre Maranhão e São Paulo: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895”, de Silva (2016), aborda os saberes elementares de aritmética estabelecidos ao ensino público e primário, buscando analisar e debater aproximações sobre o tema nos estados do MA e SP. Sobre Aritmética, apresenta reflexões acerca dessa matéria nos programas do EP dos estados citados, no qual abordava as quatro operações, proporção, regra de três e percentuais.

O artigo sobre “A instrução da criança desvalida no Maranhão oitocentista”, de Castellanos (2019), discorre sobre o período de vida da Casa dos Educandos Artífices por meio de fontes como manuscritos, ofícios, relatórios, etc. Analisa também o processo de criação, instalação, características e uso do local físico, as relações entre professores, escrevão e diretor, o fluxo de disciplinas e organização. Sobre a Aritmética, o autor fala que nesse estabelecimento de ensino era incorporado como cadeira as noções de Aritmética e as práticas.

O artigo “A expertise docente de Domingos Affonso Machado e sua obra de aritmética”, de Soares e Guimarães (2020), investiga a história de vida e profissional do autor, abordando sua obra e expertise na educação. Os autores mencionam que a obra de Domingos Affonso tinha duas finalidades de ensino: uma voltada para o comércio; a outra, para Aritmética escolar.

O artigo de Cruz e Pinto (2020): “Joaquim de Oliveira Santos e a modernização da aritmética da escola primária ludovicense”, encontram-se as contribuições do professor Joaquim em relação à Aritmética e sua modernização na Escola Primária, na capital do Maranhão. As autoras expõem que o professor buscava melhorar o EP com escrita de livros voltados para orientação didática de professores, e para a formação destes ensinava aritmética, geometria e álgebra.

O artigo “A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista”, de Castellanos (2020), trata de problematizar os assuntos que surgem das fontes documentais quanto à instrução primária no Maranhão do período imperial. No tocante à Aritmética, o autor menciona que para os exercícios era necessário quadro de madeira, giz e esponja, entre outros materiais.

Nessa coletânea de trabalhos mapeados, foi possível identificar a Aritmética Escolar no estado do MA como conteúdo básico do ensino primário, percorrendo de maneira geral o ensino das quatro operações, envolvendo números decimais, regras de três, etc. Por meio dos trabalhos selecionados, pôde-se observar que o ensino no MA do século XIX era voltado para o comércio, pois era o trabalho que mais prevalecia entre a população, logo, os exercícios teriam que envolver questões práticas do cotidiano.

2.4.1 Documentos oficiais para o ensino primário no Maranhão, século XIX

Os primeiros anos da vida escolar são importantes para os alunos, porque formam a base de outras séries, especialmente nos conceitos de matemática que serão usados ao longo da vida estudantil. Logo, os professores devem ter uma boa formação para executar suas aulas no ensino primário, pois serão conhecimentos essenciais para o estudante.

Conforme Valente (2012, p. 12), o ofício do professor de matemática exige ampla qualificação. Sua profissão lida com crianças e adolescentes, com a matemática, o ensino e aprendizagem dos alunos e tantas outras tarefas que estão presentes no processo de ensino. Para Valente (2019, p. 21), as matérias escolares são os objetos de trabalho dos professores que orientam o seu ensino. Por outro lado, o autor menciona que existem saberes essenciais para que o ofício seja exercido com eficácia.

Valente (2015, p. 76) aborda que nos primeiros anos escolares os saberes elementares matemáticos⁸ são estabelecidos, sendo a primeira matemática. Assim, constitui a base para o futuro na formação educacional do aluno.

Tanuri (2000) advoga que a criação das escolas com formação especializada para professores está relacionada à instrução pública. A Reforma e Contrarreforma deram iniciativa a movimentos de formação para professores. Porém, apenas com a Revolução Francesa se realizou a ideia de estabelecer uma escola atribuída para a instrução dos professores leigos, essa ideia “encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais” (TANURI, 2000, p. 62). Antes da fundação das primeiras instituições designadas para formação de professores direcionados ao ensino primário, já havia preocupação em selecioná-los.

A criação das escolas normais – instituições de formação de professores para o curso primário no Brasil - remonta a meados do século XIX. Idas e vindas, abertura e fechamento dessas escolas levam-nos até as décadas finais do século XIX, quando se estabelece, de modo perene, a formação de professores por meio dessas instituições. (VALENTE, 2022, p. 14).

⁸ Consiste no ensinamento de matemática presente nos primeiros anos de aprendizagem. Valente (2016) aponta que nos primeiros anos a matemática elementar no campo numérico estabelece os ensinamentos do sistema de número decimal, as quatro operações. E no campo geométrico envolve os princípios de figuras, sólidos, ponto, reta, plano.

O autor Valente (2022, p. 14) explica que as escolas normais eram estabelecimentos para formação de professores direcionados ao ensino primário. No decorrer do séc. XIX, houve abertura e fechamento dessas instituições, até o final do século quando é estabelecido a formação de professores nessas instituições.

É interessante mencionar que no começo do séc. XIX surge uma nova forma de ensino conhecido como monitorial ou mútuo. Até aquele momento, a maioria dos professores das primeiras letras trabalhavam por meio do ensino individual, que consistia em trabalhar com cada aluno separadamente, um depois do outro, ensinando a ler, escrever e calcular. Quando um aluno recitava a lição, os outros estudavam em silêncio e sozinhos, e o professor dedicava pouco tempo para cada aluno. (BASTOS, 1997, p. 116).

Ao final do século XVII, é inserido o método simultâneo⁹. Bastos (1997, p. 117) discorre que nos dois métodos citados (individual e simultâneo) o agente de ensino é o professor. Já no ensino mútuo¹⁰, o compromisso é dividido entre o professor e monitores, pretendendo-se democratizar as tarefas de ensinar.

Silva e Martins (2018), abordam que as matérias de Aritmética, Geometria e Desenho exerceram um papel importante na formação dos professores voltados ao ensino primário do MA. As autoras ressaltam que o conhecimento a ser ensinado está incluso nas disciplinas que no passado colaboraram para o presente instigando o raciocínio lógico e resoluções de problemas.

O Decreto nº 94¹¹, de 1 de setembro de 1891, intitulado “Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão”, em seu capítulo I, art. 2º, estabelece que o Ensino Primário (EP) é leigo, gratuito e obrigatório. O capítulo X trata especificamente das escolas primárias; o art. 43 sobre as escolas do Estado, estabelece que as de 1º grau serão nas povoações, 2º grau nas vilas e 3º grau nas cidades. Os conteúdos voltados à matemática no 1º grau eram as operações fundamentais de aritmética com números inteiros, decimais e quebrados. No 2º grau, eram os mesmos conteúdos

⁹ Este método corresponde ao professor trabalhar de forma simultânea com todos os estudantes, em que fazem as mesmas tarefas. Os alunos são divididos conforme o nível de instrução. A partir de 1850, esse método é generalizado nas escolas primárias. (BASTOS, 1997, p. 117)

¹⁰ Este método consiste em ensinar um grande número de estudantes, em que um aluno ou um monitor ensinava nas classes sob a direção do professor. (BASTOS, 1997, p. 117)

¹¹ O Decreto nº 94, de 1891, pode ser acessado no RCD do GHEMAT, pasta do MA, disponível neste endereço: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175255>.

citados. E no 3º grau, além desses conteúdos, incluía-se aritmética até proporções e geometria elementar (MARANHÃO, 1891).

O art. 59 explica que quando a quantidade de alunos for superior a 60 (sessenta), a escola tinha que dividir em duas seções, metade dos alunos pela manhã e a outra metade à tarde, porém sem ultrapassar o tempo de três horas de trabalho para cada seção. Era obrigação do professor todo mês enviar ao Inspetor uma relação dos alunos que frequentavam irregularmente a escola (art. 60º). O art. 63 estabelece que o professor era obrigado a organizar um mapa do tempo da aula e no artigo seguinte apresenta as normas para o mapa (MARANHÃO, 1891).

O Regulamento do Ensino Primário 1894¹², em seu primeiro capítulo, intitulado “Organização do ensino primário”, no art. 3º, abrange as disciplinas na área da matemática, os conteúdos são: as quatro operações da aritmética, números inteiros, decimais, frações decimais e ordinárias. O art. 4º versa acerca das disciplinas para o curso integral, era estabelecido o ensino de aritmética prática e comercial, cálculo de juros, regra de três, sistema métrico, raiz quadrada e cúbica, não continha o ensino de logaritmo. O capítulo II é exclusivo aos professores, algumas das regras para exercer o magistério primário eram: os professores que passaram no concurso público, os diplomas da Escola Normal, entre outros (MARANHÃO, 1894).

2.5 Um pouco sobre a história do livro didático no Brasil

Todo livro direcionado ao ensino é uma fonte essencial e inesgotável de conhecimento. Sobre o livro didático, Bittencourt (2008) diz que além do objetivo de apresentarem os conteúdos instrutivos, por meio deles é possível a compreensão de informações, conhecimentos e métodos aplicados em um período determinado. Diante disso, é relevante conhecer como surgiu o LD. O Quadro 4 apresenta marcos históricos iniciais do LD.

¹² O Regulamento do Ensino Primário 1894 pode ser acessado no RCD do GHEMAT, pasta do MA, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175258>.

Quadro 4 - Marcos históricos iniciais do LD

Datas	Acontecimentos
3.500 a.C.	Sumérios desenvolve a escrita cuneiforme na Mesopotâmia. Os primeiros materiais utilizados foram pedras ou tábuas de argilas.
3.500 a.C.	Surgem os khartés, também conhecidos como Vólumen.
3.500 a. C.	O papiro foi substituído pelo pergaminho; e o Vólumen, pelo Códex.
1405	Pi Sheng, na China, criava a máquina impressora de tipos móveis.
1455	Johannes Gutenberg inventou a prensa de tipos móveis e imprime o primeiro livro, a Bíblia em latim.
1820	Inicia-se a produção de manuais editados nas gráficas brasileiras.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Brasil Escola, 2022. (<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-origem-livro-didatico.htm>).

Os primeiros materiais utilizados para escrever foram pedras ou tábuas feitas de argilas, na Idade Antiga. Na antiguidade, os khartés eram cilindros formados com folhas de papiro de fácil locomoção e tinham que serem desenrolados à medida que eram lidos. Com o tempo, houve a substituição do papiro pelo pergaminho, que era feito de peles de animais. E do Vólumen, que consistia em um rolo, houve a substituição pelo Códex.

Naquela época, o Códex chega a ser algo bem parecido com o livro nos dias atuais, pois não era mais em rolo e sim estruturado por folhas de papiro ou pergaminho escritas nos dois lados, que eram dobradas e costuradas. Eram utilizados mais os pergaminhos, porque era mais fácil a sua costura em comparação a de papiro. A forma de utilizar o pergaminho era cortando no formato de folhas retangulares. Cabe lembrar que no século I d.C., foi descoberta uma maneira mais adequada para guardar os pergaminhos ao invés da forma em rolos. Nesse novo modo, a folha retangular era dobrada e cortavam-se as bordas, dependendo da quantidade de vezes dobradas, ganhavam-se formatos diferentes. Assim, as folhas eram encadernadas com capas de madeiras finas e lisas.

O formato do livro teve seu surgimento, aproximadamente, no século II d.C. no Ocidente. Seu surgimento foi devido à revolução caracterizado pela mudança do Vólumen pelo Códex, ou pela maneira de estruturar em rolos para a atual forma constituída por intermédio de cadernos reunidos (OCEANO DE LETRAS, 2009).

A prensa móvel de Johannes Gutenberg consistia em um instrumento que coloca pressão sobre uma área com tinta, gerando uma impressão. O invento de Gutenberg se diferenciava dos métodos existentes, pois ele aperfeiçoou todas as etapas de impressão. A Bíblia em latim foi o primeiro livro impresso no dispositivo criado por Gutenberg. Era composta por 641 páginas, cada uma possuía 42 linhas, as letras eram em chumbo e arranjadas de forma manual uma por vez.

Em 1699, a Coroa Portuguesa, apreensiva com a defesa da Colônia, tomou a decisão de estimular a preparação de militares. No Brasil, era necessário oficiais preparados na utilização de equipamentos de artilharia e com conhecimentos na fabricação de fortes. Eram pedidas várias construções para defender as terras obtidas e as riquezas fornecidas nelas. Criou-se, então, a “Aula de Fortificações”, mas uma das grandes dificuldades do curso era a escassez de livros. Os livros que existiam sobre morteiros, artilharia e bombas eram pesados e bastante volumosos (VALENTE, 2008).

Com a chegada do militar português José Fernandes Pinto Alpoim ao Brasil, as ideias dos Portugueses quanto à fabricação de fortes, treinados na artilharia e formação dos oficiais por fim foram exercidas. Valente (2008, p. 13) ressalta que “[...] é justamente graças à Ordem Régia de 19 de agosto de 1738 que o ensino militar conhece uma nova fase: tornou-se obrigatório a todo oficial [...]”, ou seja, para o militar ser promovido teria que ter obrigatoriamente a aprovação na aula de artilharia e fortificações. Alpoim escreveu dois livros: Exame de Artilheiros (1744) e Exame de Bombeiros (1748). O autor comenta que, provavelmente, esses foram os primeiros LDs direcionados à Matemática escritos no Brasil (VALENTE, 1999).

O livro é uma ferramenta de publicação de conhecimentos e em sua história passou por grandes desafios, mostrando, assim, a imensa importância na vida do homem e no avanço da sociedade. Durante sua trajetória, conquistou lugar nas áreas escolares como material didático na educação.

Conforme Bittencourt (1993), no século XVIII, os livros direcionados ao ensino surgiram como a principal ferramenta para formação dos professores, ao mesmo tempo em que garantiam que conteúdos e métodos fossem disseminados conforme as regulamentações dos poderes estabelecidos. No entanto, a questão não envolvia como função a ser realizada pelo livro na educação, e sim na elaboração de textos pedagógicos novos.

O livro didático visava, portanto, nos seus primórdios, prioritariamente atender ao professor. No decorrer do século XIX, embora o manual escolar mantivesse esse caráter intrínseco em sua elaboração, ele passou a ser considerado também como obra a ser consumida diretamente por crianças e adolescentes, passando estes a ter o direito de posse sobre ele. (BITTENCOURT, 1993, p. 26).

Conforme Bittencourt (1993, p. 26), no início, os livros eram voltados para utilização dos professores por razão do custo e também pela raridade dessas obras didáticas. Havia um método idealizado para as primeiras décadas do século XIX, no qual os professores ditavam e os estudantes copiavam os trechos ou escutavam preleção na classe. Contudo, com o passar do tempo, o livro começa a ser considerado uma obra para consumo direto de crianças e adolescentes que começam a ter direito de usufruir dele.

Em 1830, com o estabelecimento do método simultâneo de ensino no Brasil, visava-se ensinar uma grande quantidade de alunos ao mesmo tempo, separados em subgrupos. Houve, então, um incentivo para a criação de novos livros, os quais precisavam serem elaborados conforme esse método.

No século XIX, no Período Imperial, as políticas educacionais influenciavam os meios pedagógicos dos professores do MA. Em função disso, a venda e compra de livros estavam cada vez mais baixas, chegando até a escassez. Devido a isso, uma parte da sociedade ficava sem leitura, isso se deu devido à advertência dada pela metrópole Portuguesa, que acabou sendo colocada em prática pelo governo da região.

No Brasil, o Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado pelo Decreto-Lei nº 93, datado em 21 de dezembro de 1937, pelo ministro Gustavo Capanema. Totalizado em 8 artigos, tinha como objetivos desenvolver uma enciclopédia e um dicionário nacional que descrevesse a identidade brasileira, apoiar os estabelecimentos das bibliotecas públicas, auxiliar na manutenção delas em todo o território nacional, aumentar e melhorar os livros no país, entre outros (BRASIL, 1937).

Porém, as ideias de aperfeiçoar o LD e os serviços das bibliotecas demoraram muito tempo. A enciclopédia e o dicionário não foram concluídos até 1945, mas a quantidade de bibliotecas aumentou, especialmente nos lugares escassos dessa cultura, devido à assistência do INL.

Em 1938, Gustavo Capanema propôs um decreto para o controle da produção de livros, sugeriu a Getúlio Vargas a criação de um Decreto-Lei para a supervisão dos progressos dos livros didáticos.

O Decreto-Lei nº 1.006, datado em 30 de dezembro de 1938, dispõe sobre a produção, importação e o uso de LDs nacionais, dividido em cinco capítulos e 40 artigos no total. No primeiro capítulo, abrange a constituição de diretrizes e utilização dos livros direcionados ao ensino. No segundo capítulo, define a formação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). O terceiro capítulo traz o procedimento de autorização para utilização do LD; o quarto trata das barreiras de autorização do LD; e no quinto, das disposições gerais e transitórias (BRASIL, 1938).

Durante muitos anos, vários governos tiveram estratégias para que o LD fosse utilizado nas escolas. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sempre procurou melhorar os procedimentos de produção e distribuição dos livros.

Segundo Bittencourt (2004), por meio do trajeto das produções dos primeiros autores nacionais, é possível indicar certos aspectos das relações criadas entre o autor, editor e Estado.

Esses primeiros autores, com maior ou menor autonomia, foram os criadores de textos didáticos que possibilitaram a configuração de uma produção nacional, com características próprias. Mesmo que a forma se assemelhasse aos livros estrangeiros, os textos escolares expressaram uma produção própria que buscava atender as condições de trabalho dos professores das escolas públicas que se espalhavam pelo país. (BITTENCOURT, 2004, p. 489).

Conforme a autora, os textos didáticos criados pelos primeiros autores, abrangendo suas propriedades, foram o que proporcionaram a estrutura de uma produtividade nacional. Esses autores colocavam suas características nas produções, o que foi passado de geração em geração. Embora existissem algumas inspirações estrangeiras nos livros, os conteúdos apresentavam uma criação particular de quem os escreveu, na procura de atender às circunstâncias de trabalho dos educadores do ensino público.

Foi na metade do século XIX que de fato a fabricação de LD aumentou, começou a ser uma referência para o planejamento nas matérias das escolas, e o professor também passou a ser autor.

No século XIX, os compêndios didáticos tornaram-se o manual didático pedagógico dos professores. Mesmo assim, os professores não contavam com manuais que o auxiliassem na metodologia a ser usada em sala de aula, pois isso só começou no século XX, quando começaram a surgir documentos que narravam conteúdos e objetivos de cada matéria escolar criada para atender aos cursos. Desta forma, no século XIX ainda ficavam confusas as finalidades educativas, assim como livros didáticos a serem adotados, alguns serviam até para diversas modalidades (SOARES, 2009, p. 46).

A autora aborda que no século XIX, houve uma mudança dos denominados compêndios didáticos para manuais dos professores. Contudo, eles não contavam com esses manuais para ajudá-los nos métodos a serem postos em práticas nas classes, que só deram início no século seguinte, quando foram surgindo documentos que descreviam os conteúdos e os objetivos específicos das disciplinas escolares. Portanto, os objetivos educacionais eram confusos, da mesma forma com a escolha do LD.

No século XIX, o termo mais comum para livros usados para fins de ensino era compêndio. Havia também outras expressões usadas com frequência como: tratados, preleções, lições, elementos, entre outros. Desse modo, os livros usados nas escolas dessa época orientavam toda disciplina. O conteúdo era trabalhado conforme os propósitos regulares da época e até mesmo do local. Por isso, a escola procurava impulsionar os conceitos e os princípios que desejavam conquistar por meio da prática docente (SOARES, 2009).

No Maranhão, a educação melhorou com o estabelecimento da Lei de Instrução Pública de 15 de outubro de 1827. A qual determinava a construção de escolas de primeiras letras nos lugares populosos, vilas e cidades, além de determinar o que os professores deveriam ensinar (BRASIL, 1827).

Em Matemática, conforme a lei, era estabelecido o ensino das quatro operações de Aritmética, a prática dos quebrados (fração), números decimais, proporções e conhecimentos gerais de Geometria (BRASIL, 1827, Art. 6º). Logo, já era estabelecido que os professores ensinassem aritmética. Sua aplicação no ensino primário tem grande relevância, não só pela necessidade de utilizá-la na prática, mas também como meio de exercitar a mente.

Valente (2016, p. 35) fala que “os saberes matemáticos presentes desde os primeiros anos escolares constituem os passos iniciais para a aprendizagem da matemática”. Os primeiros contatos com a matemática são muito importantes, pois desde esse momento serão construídos novos aprendizados.

Assim como em todo o Brasil, no Maranhão, a atividade comercial era desenvolvida, em vista disso, a utilização de algumas regras da matemática era necessária, sendo indispensáveis para as situações do cotidiano. O comércio solicitava que a pessoa tivesse conhecimento de leitura, escrita e também matemáticos. Desse modo, houve ajustes nos textos referentes à Matemática dos livros, dirigindo-se para a realidade de trabalho das pessoas, pois a maioria trabalhava com comércio (SOARES, 2022).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) faz parte dos programas mais antigos em relação à distribuição dos livros escolares do ensino público nacional, teve início em 1937. O quadro 5 apresenta os pontos históricos do programa e os anos dos acontecimentos.

Quadro 5 - Marcos históricos sobre o percurso do livro didático no Brasil

Ano	Acontecimentos
1937	Criou-se o INL.
1938	Estabelece a CNLD.
1945	Fica restrito ao professor a seleção do livro que era usado pelos alunos.
1966	Houve um acordo entre o MEC e a Agência Norte – Americana. Tendo como objetivo a coordenação das ações relacionadas à produção e distribuição dos livros.
1970	Houve a implementação do sistema de coedição das obras com editoras brasileiras por intermédio dos recursos do INL.
1971	O INL desenvolve o PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental).
1976	O governo compra grande parte de livros para distribuir nas escolas e nas unidades federadas.
1983	É criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), substituindo a Fename.
1985	O PLIDEF dá lugar ao PNLD
1992	Houve problema na distribuição dos livros devido à limitação dos orçamentos.
1993/1994	Critérios são definidos para avaliação das obras didáticas.
1995	Volta a distribuição do LD no ensino fundamental.
1996	Inicia-se o procedimento de análise pedagógica das obras registradas no PNLD.
1997	Com o fim da FAE, o dever político de realização do PNLD é passado para o FNDE.
2000	É estabelecida no PNLD a distribuição de dicionários.
2001	O PNLD desenvolve LD em braile para os alunos com deficiência visual.

2.6 O ofício do historiador: o encontro com as fontes bibliográfica e documental

Para explicar de que forma surgiram os números, suas evoluções, conceitos como Aritmética, Geometria, como foram criados os livros direcionados ao ensino, entre outras perquirições, foi graças aos trabalhos da História que a sociedade obteve as possíveis informações e respostas. Diante das questões que envolvem o trabalho do historiador está a responsabilidade de buscar respostas a essas interrogações que surgem da pesquisa, problematizando e desenvolvendo hipóteses.

Segundo Valente (2007, p.39), estudar a prática da educação matemática em outras épocas “pode significar fazer perguntas para os livros didáticos de matemática utilizados em cotidianos passados”, questionando os fatos que foram deixados sobre ela.

Um dos desafios postos ao historiador do ramo de História da educação matemática (Hem) é o de encontrar-se em uma área “interdisciplinar que envolve Educação, Matemática e História” (PINTO, 2007, p. 109). A autora levanta um dos desafios colocados ao historiador dessa área: o fato da interdisciplinaridade. Mas para o desenvolvimento da área, a pesquisa deve possuir uma comunicação entre esses campos de conhecimento. Para explicar a história, o pesquisador irá investigar com auxílio dos fatos históricos que terá de produzir.

O historiador exerce o importante papel de fazer investigações e esclarecer procedimentos significativos que constituem o mundo. Ele é um pesquisador, pois além de estudar a história sobre algo determinado, precisa explorar, registrar e fazer a análise dos fatos.

[...] o trabalho do historiador. A ele não cabe mais coletar fatos do que ocorreu noutros tempos descrevendo-os consoante os documentos que encontra. Seu ofício é o de construir esses fatos. Quando se ultrapassa a ideia de que a história não é uma cópia do que ocorreu no passado, mas sim uma **construção do historiador**, a partir de vestígios que esse passado deixou no presente, passa-se a tratar a história como uma produção. Será ofício do historiador, produzir fatos históricos apresentando-os sob a forma de uma narrativa. (VALENTE, 2013, p. 25, grifo da autora).

O fragmento acima de Valente (2013) enfatiza a importância da labuta do historiador a partir dos vestígios e das pistas que o passado deixou no presente, passando a tratar a história como uma produção. A função do historiador não se enquadra em colher fatos do que já aconteceu no passado, mas sim de produzir esses

fatos. Ser historiador não é descrever o que ocorreu em datas e eventos do passado ou contar história dos fatos ocorridos, é fazer uma análise desses acontecimentos, com um olhar crítico, investigando e produzindo os fatos históricos.

Sobre fatos históricos, Wagner Valente (2007) fala que primeiramente tem que conhecê-los, para, depois, explicá-los, e envolvê-los em uma apresentação coerente. Isto é, primeiro o pesquisador deve verificar e entender os fatos históricos e assim conhecê-los, e a maneira de os conhecer é realizando perguntas. Em seguida, ele será capaz de explicar e expor os resultados da pesquisa sobre os mesmos.

O autor discorre que a estrutura dos fatos históricos é desde traços de evidências deixadas no presente por um passado. Portanto, o historiador tem como função produzir um trabalho em cima desses traços com finalidade de gerar os fatos. Logo, um fato é fruto de uma criação, de uma análise feita pelo próprio historiador que é elaborada a partir das marcas deixadas pelo passado (VALENTE, 2007).

Pinto (2007, p. 124) também aborda sobre os fatos históricos, “[...] para construir fatos históricos é necessário interrogar as fontes, colocar questões legítimas que permitam fazer a crítica ao documento”. Como afirma a autora, para a criação dos fatos históricos é preciso questionar as fontes, com perguntas fundamentadas que consistem em realizar a análise em relação ao documento.

Convém ao historiador utilizar como um objeto de trabalho o passado para suas pesquisas, isto é, os fatos históricos referem-se às elaborações do historiador baseados em suas pesquisas. Estabelecendo hipóteses e levantando questionamentos aos traços do passado que são encontrados no presente. O trabalho do historiador é fundamentado em uma abordagem dedicada à problematização (COSTA, 2010).

É interessante observar e analisar que o passado só se transforma em história caso o historiador o estude, anote, registre e interprete. Pois o historiador vai trabalhar com os fatos do passado que serão coletados por ele, fazer descobertas e análises para, então, compartilhar com a sociedade.

Os fatos que aconteceram no passado não se modificam, no entanto, seu conhecimento e entendimento estão em desenvolvimento e constantemente se alteram e se aprimoram no decorrer de novas explorações e descobertas. Ou seja, não há um jeito de alterar o passado, mas sua compreensão, sim.

Assim, cada pesquisador terá sua maneira de estudar e compreender sobre os fatos coletados do passado. A cada pesquisa realizada, o pesquisador terá um

olhar diferente para o estudo, contribuindo com seus apontamentos e criticidade, fundamentados por um conjunto de novas ideias e pensamentos

O historiador deve ter um cuidado ao recolher as informações, tem que investigar a veracidade das fontes encontradas. Bloch (2002, p. 96) faz a comparação do historiador com um juiz, ele discorre que as testemunhas são capazes de mentir ou de enganar-se, porém, primeiramente, há a preocupação em fazer com que elas falem. Da mesma forma ocorre com uma das tarefas do historiador, qual seja: perquirir se os dados são verídicos e se a fonte em que buscou as informações são confiáveis.

Uma vez eleito o tema de pesquisa, os fatos relacionados a este tema têm uma organização natural que o historiador encontra completamente feita. É tarefa do historiador justamente reencontrar a organização natural dos fatos que servirão de ingredientes a esta narrativa. No entanto o historiador somente tem acesso ao passado por meio dos documentos que não são os próprios eventos, mas indícios, vestígio, pelos quais tece sua trama. E por documento entenda-se todo o tipo de rastro de um passado que já não existe: papéis, testemunhos, fotografias, filmes etc. Materiais que remetam a um tempo que se quer conhecer e que não mais está presente. (COSTA, 2010, p. 37).

Costa (2010) aponta no trecho acima que depois de escolhido o tema da pesquisa, uma das tarefas do historiador é encontrar uma ordem e organizar naturalmente os fatos que irão servir como componentes a esse enredo. Contudo, o acesso que possui do passado é por intermédio de documentos, tidos como indícios e vestígios que por meio deles cria seu enredo. Os documentos podem ser toda espécie de marcas do passado como: jornais, fotos, revista da época, papéis, relatos etc. São meios que apontam a um período que se tem interesse de conhecer.

Os documentos e testemunhos não falam, se não soubermos interrogá-los. Desde o início de uma pesquisa histórica, a investigação já possui uma direção. Diante disso, o autor emite uma oposição referente aos historiadores positivistas que se baseiam na fundamentação de que os documentos históricos falam por si próprios, que não é necessário interrogar nem interpretar (BLOCH, 2002, p. 27).

Para Silva (2016), os questionamentos formulados pelo pesquisador ao documento têm grande importância até mesmo quanto ao respectivo documento. Os documentos estão disponíveis, mas eles não falam se não houver questionamentos e análises, o pesquisador tem a tarefa de formular as perguntas para interpretar e analisar os documentos.

3 ARITMÉTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE AYRES DE VASCONCELLOS CARDOSO HOMEM PARA ESCOLA PRIMÁRIA DO MARANHÃO

3.1 Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem: biografia e trajetória de atuação profissional

Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem nasceu em uma freguesia do município de Carregal do Sal, Portugal, século XIX, seu batismo ocorreu em 12 de junho de 1819. Era filho de João Homem Leitão Cardoso de Menezes e irmão de José de Albuquerque Castello Branco Homem (também chamado de José de Albuquerque Cardoso Homem).

No dia 12 de maio do ano de 1829, na freguesia portuguesa São Miguel, Ayres de Vasconcellos, junto ao seu irmão, foram contemplados por Dom Miguel I (Rei de Portugal entre 1828 e 1834) o direito de utilizar a medalha de ouro com sua Real Efigie (figura 1). Recebiam a medalha as famílias que se enquadrassem nas condições necessárias e seguissem os requisitos vistos como bons.

Figura 1 - Dom Miguel I concede o direito a Ayres de Vasconcellos e José de Albuquerque de usar a Medalha de ouro com sua Real Efigie

Em 12 de Maio do presente anno Sua Magestade El Rei Nosso Senhor o Senhor *Dom Miguel I* fez Mercê a Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, e a José de Albuquerque Castello Branco Homem, filhos de João Homem Leitão Cardoso de Menezes, de Oliveira do Conde, de poderem usar da Medalha de ouro com a Sua Real Efigie.

“Em 12 de Maio do presente ano Sua Magestade El Rei Nosso Senhor o Senhor Dom Miguel I fez Mercê a Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem e a José de Albuquerque Castello Branco Homem, filhos de João Homem Leitão Cardoso de Menezes, de Oliveira do Conde, de poderem usar da Medalha de ouro com a Sua Real Efigie.”

Fonte: Jornal Gazeta de Lisboa, 1829. Acervo da autora.

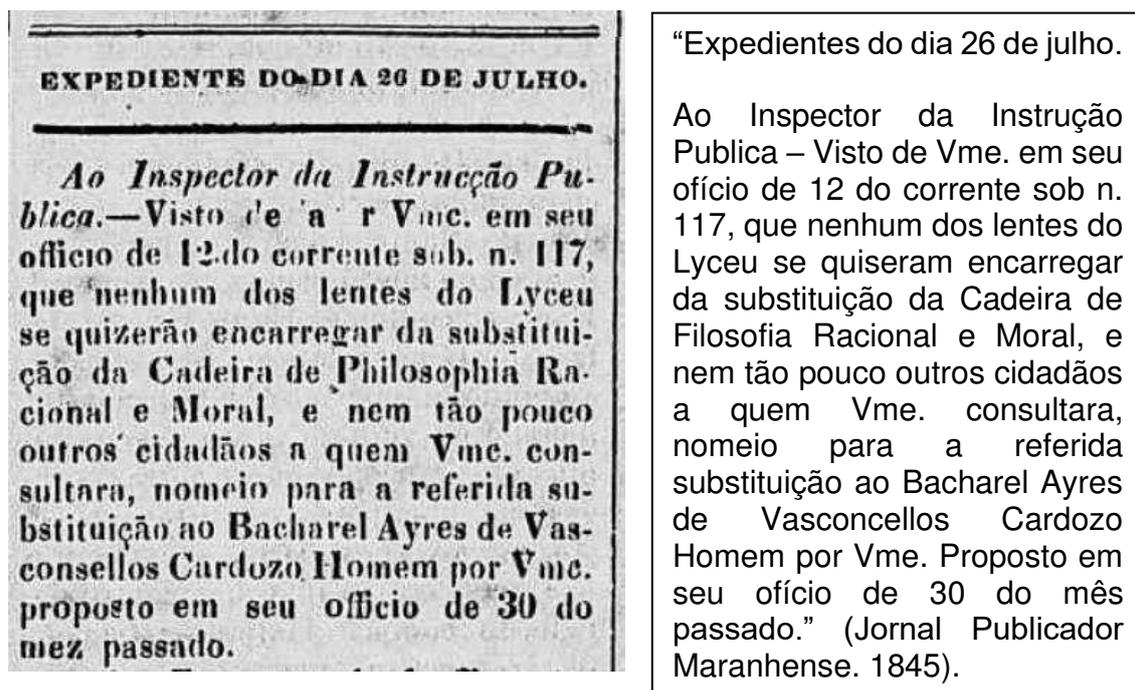
Conforme Mello (2002), na data de 14 de novembro de 1847, Ayres de Vasconcellos e seu irmão José de Albuquerque foram a São Luís (MA). Após 33 dias de viagem, entraram no porto da cidade em um navio português nomeado de Laia,

vindo de Lisboa. Mas não foi a única vez que Ayres veio para o Maranhão.

O jornal denominado Publicador Maranhense, em 30 de abril do ano de 1845, mostra a notícia de que partiu de Lisboa o Brigue Português chamado Carlota Amélia, fazendo uma viagem de 26 dias até sua chegada ao Maranhão. Manoel Joaquim dos Santos era o capitão e a equipe era composta por 13 pessoas, consignatário João da R. Santos e os passageiros eram: João Paes de Vasconcellos, Francisco Alves, José dos Santos Tavares, Domingos José Soares, Jacob Toucedo, Ayres de Vasconcellos, Antonio Marques de Souza Bello (PUBLICADOR MARANHENSE, 1845).

O Jornal Publicador Maranhense, datado no dia 13 de agosto do ano de 1845, apresenta a seguinte informação sobre o autor:

Figura 2 - Nomeação de Ayres de Vasconcellos para professor da disciplina de Filosofia



Fonte: Jornal Publicador Maranhense, 1845. Acervo da autora.

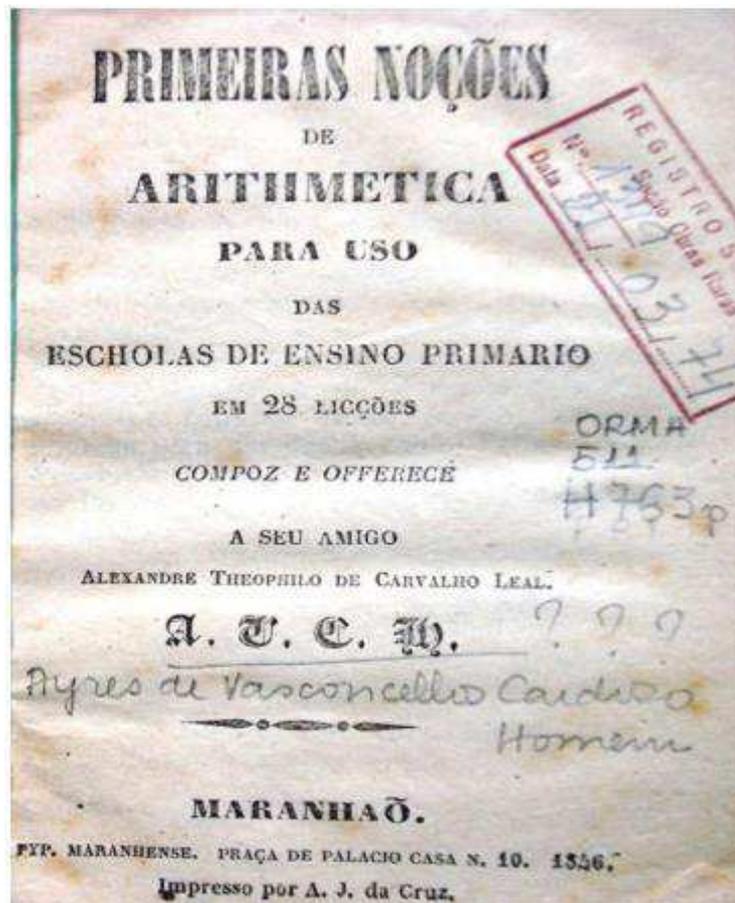
Segundo Soares (2009), por meio de documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra, Ayres se formou em Direito em 1842, também estudou Filosofia, mas não há informações se ele teria concluído o curso. O mesmo acontece sobre o curso de bacharel em Matemática, não se tem informação da conclusão do

curso. Ainda conforme a autora, descobriu-se, através desse documento, o nome da mãe de Ayres era Antonia Rita Coelho de Mendonça.

3.2 Livro didático “Primeiras Noções de Arithmetica para uso das escolas de ensino primário”

O livro foi escrito por Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, publicado em 1846, em São Luís (MA). A versão digital¹³ encontra-se no acervo do RCD do GHEMAT. A figura 3 mostra a capa do livro.

Figura 3 - Livro Primeiras Noções de Arithmetica



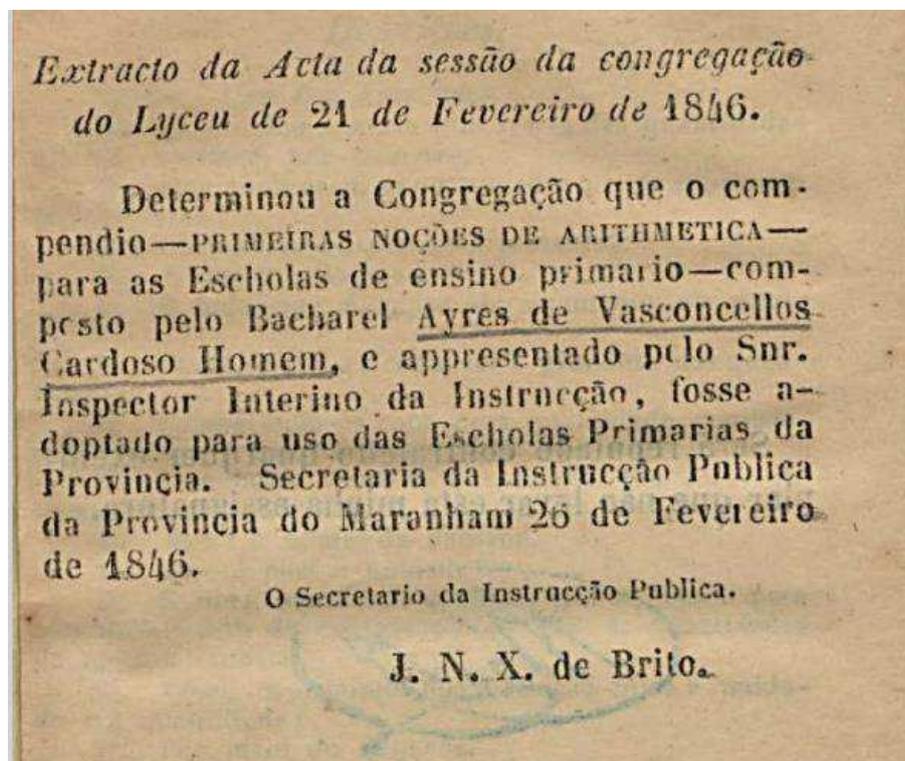
Fonte: Livro Primeiras Noções de Arithmetica, (1846, p.5-63).
(<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175669>)

¹³ Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem - Livro Primeiras Noções de Arithmetica, (1846). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175669>.

É interessante observar que Ayres dedicou o livro ao amigo Alexandre Theophilo de Carvalho Leal. Ele era matemático e amigo de Gonçalves Dias, também era político, pedagogo, entre outras profissões. O responsável pela impressão do livro foi A. J. da Cruz, assim apresentado no livro. Ainda na primeira página, é curioso que o autor colocou somente as iniciais do seu nome: A. V. C. H. (Ayres de Vasconcellos Homem).

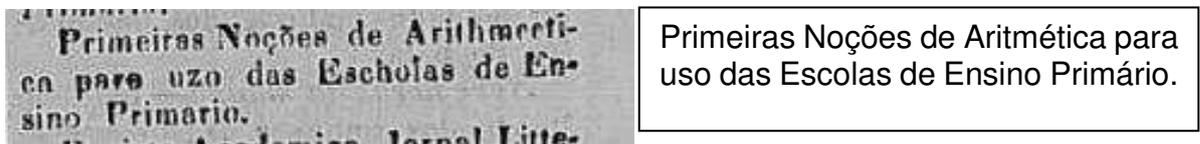
Foi extraído da ata do Liceu o prefácio, cuja data é de 21 de fevereiro do ano de 1846, em que a Congregação determinava que o compêndio (livro) elaborado por Ayres de Vasconcellos e apresentado pelo Senhor Inspetor fosse integrado para utilização nas escolas primárias pertencentes à Província do Maranhão. Nota-se que possui as iniciais, em seguida, o sobrenome do Secretário de Instrução Pública, João Nepomuceno Xavier de Brito, que além de secretário era professor da disciplina de Matemática no Liceu. Era costume da época, século XIX, a inserção desse documento. O propósito de inseri-lo era para dar mais autenticidade ao livro e autor (SOARES, 2009).

Figura 4 - Extrato da Ata da sessão da Congregação do Liceu



O livro tem 64 páginas e 28 lições, na última página (64) consta o índice das matérias, isto é, os conteúdos abordados no livro, na quarta, a assinatura do autor. Sua metodologia é tradicional, consiste em perguntas feitas pelo o Mestre (M), ou seja, pelo o Professor, e respostas do Discípulo (D), representando o aluno. Soares (2009), comenta que tenha sido o primeiro livro específico de Matemática direcionado ao EP do Maranhão. O Jornal Publicador Maranhense (1846) anunciou a venda do livro de Ayres de Vasconcellos no dia 16 de maio de 1846. A figura 5 mostra esse anúncio.

Figura 5 - Anúncio do livro de Ayres de Vasconcellos

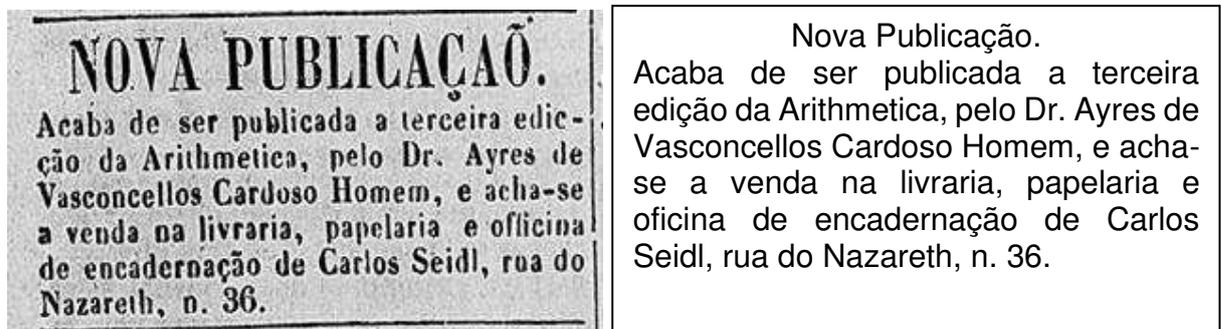


Fonte: Jornal O Publicador Maranhense, 1846.

O livro possui mais de uma edição, pois há anúncios de outras edições. E seria possível encontrar a terceira edição na livraria Carlos Seidl, como discorre Luiz de Mello: “A livraria de Carlos Seidl propalava a venda de livros de aritmética, pelo Dr. Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, cuja terceira edição acabava de ser lançada. O autor era irmão de José de Albuquerque Cardoso Homem”. (MELLO, 2002, p.125).

O Jornal O Paiz (1864), em 30 de abril de 1864, fez o anúncio sobre a informação da publicação da terceira edição do livro de Ayres.

Figura 6 - Anúncio da 3ª edição do livro de Ayres de Vasconcellos



Fonte: Jornal O Paiz, 1864.

Para observar melhor quais conteúdos de matemática eram abordados no livro do autor Ayres de Vasconcellos, criou-se o quadro 6.

Quadro 6 - Lições do livro de Ayres de Vasconcellos (1846, p. 5-63)

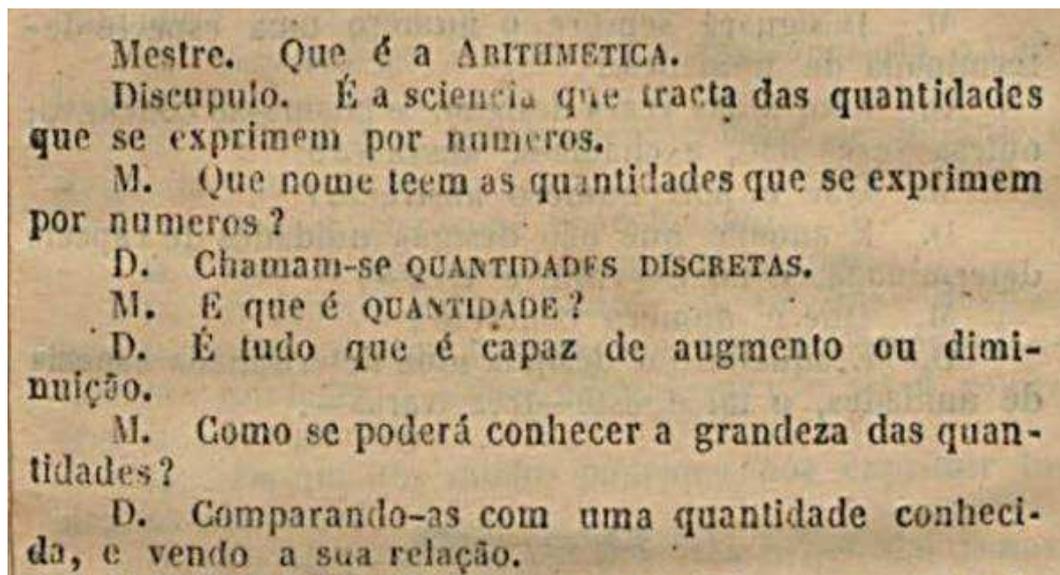
Lições	Conteúdos Matemáticos	Página
Primeira Lição	Definições	5 – 6
Segunda Lição	Continuação das definições	6 – 7
Terceira Lição	Da numeração falada	7 – 8
Quarta Lição	Continuação da numeração falada	9 – 10
Quinta Lição	Da numeração escrita	10 – 12
Sexta Lição	Continuação numeração escrita	12 – 14
Sétima Lição	Da adição de números inteiros	14 – 17
Oitava Lição	Da adição dos números decimais	17 – 18
Nona Lição	Da diminuição de números inteiros	18 – 20
Décima Lição	Da diminuição de número decimais	20 – 21
Undécima Lição	Das provas da adição e diminuição	22 – 23
Duodécima Lição	Da multiplicação de números inteiros	23 – 26
Décima terceira Lição	Da multiplicação de números decimais	27
Décima quarta Lição	Da divisão de números inteiros	28 – 30
Décima quinta Lição	Continuação da divisão de números inteiros	30 – 32
Décima sexta Lição	Da divisão dos números decimais	32 – 33
Décima sétima Lição	Das provas da multiplicação e divisão	34 – 35
Décima oitava Lição	Recapitulação	35 – 37
Décima nona Lição	Noções gerais acerca dos quebrados	37 – 39
Vigésima Lição	Continuação	40 – 42
Vigésima primeira Lição	Da redução dos quebrados ao mesmo denominador.	42 – 44
Vigésima segunda Lição	Redução dos quebrados à expressão mais simples.	44 – 46
Vigésima terceira Lição	Da adição, diminuição, multiplicação e divisão dos quebrados	46 – 49
Vigésima quarta Lição	Da adição e diminuição de números complexos.	49 – 52
Vigésima quinta Lição	Da multiplicação dos números complexos.	53 – 55
Vigésima sexta Lição	Da divisão dos números complexos.	56 – 58
Vigésima sétima Lição	Razões, proporções e regra de três	58 – 61
Vigésima oitava Lição	Da regra de Companhia, e da de Juros	62 – 63

Fonte: Modelo de quadro adaptado de Silva (2016), produzido através de informações no Livro de Homem (1846, p.5-63). Disponível em: (<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175669>).

As lições eram o que os professores ensinavam e o que os alunos deveriam aprender durante a ministração da aula. Conforme Chervel (1990, p. 204), até o final do século XIX, a palavra “lição” não se referia a nada além de lições aprendidas de forma decorada e recitada. Naquela época, a recitação exata era o que determinava o desenvolvimento do aluno.

A metodologia que Ayres utilizou em sua obra é em forma de diálogo entre o mestre e o discípulo. O mestre realiza as perguntas e o discípulo responde corretamente. No decorrer do texto, é possível observar que o autor seguiu uma ordem didática com perguntas, definições e exemplos. A figura 7 é da primeira lição do livro que aborda as definições em forma de diálogo.

Figura 7 – Algumas definições abordadas na primeira lição do livro



Fonte: Livro de Ayres de Vasconcellos (1846, p.5).

Na primeira lição, inicia-se definindo a Aritmética como a ciência que lida com quantidades representadas por números, essas quantidades são chamadas por quantidades discretas. Sobre quantidade, Ayres aborda como tudo que é capaz de aumentar ou diminuir. Para conhecer a grandeza das quantidades, é preciso compará-la por meio de outra quantidade definida, a unidade, e entender sua relação. A relação entre quantidade e unidades é por intermédio de números, os números representam unidades ou parte da unidade a qual consiste em uma quantidade. Para Ayres, não é

toda vez que o número determina uma unidade de categoria determinada; quando é determinado, chama-se de número concreto e quando não é determinado, chama-se número abstrato (HOMEM, 1846).

Na segunda lição, é abordada a continuação da lição anterior. O autor abordou os números complexos e incomplexos. Conforme sua abordagem, quando o número concreto exprime só uma categoria de unidade, chama-se incompleto; quando exprime várias categorias de unidade, chama-se de complexo (HOMEM, 1846).

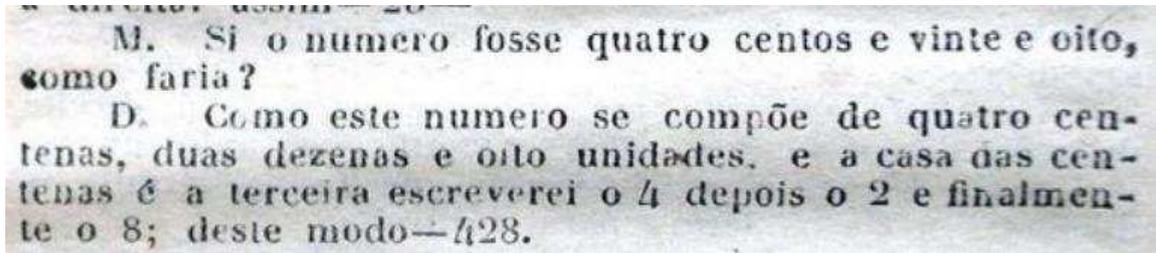
Pode-se observar a diferença na definição dos números complexos em relação à forma que é trabalhada hoje, como possuir uma parte imaginária. Nessa seção, o autor apresentou as frações ou quebrados, como é nomeado. Ele define que fração é um número que só exprime partes das unidades. E quando ocorre o contrário, ou seja, se os números exprimem só unidades, chamam-se inteiros. Há também os fracionários, que é quando um número consta de inteiros e de quebrados. A forma geral apresentada para expressar todos os números chama-se numeração, em que há duas espécies: numeração falada (palavras) e numeração escrita (algarismos) (HOMEM, 1846).

A terceira lição trata da invenção das palavras para expressar os números e dos nomes recebidos ao agrupamento de unidades (HOMEM, 1846).

Na quarta lição, o autor reforçou a ideia que consiste no artifício da numeração falada. Para coleções de unidades dez vezes maiores, são designados dezenas, centenas, milhar etc.; para as menores, décima, centésima, milésima etc. (HOMEM, 1846).

Na quinta lição, aborda que a numeração escrita é a arte de exprimir os números com uma quantidade limitada de algarismos. O modo para conseguir isso foi pela invenção dos algarismos que começa de zero até nove (HOMEM, 1846). O autor traz as casas das unidades, dezenas, centenas, para escrever os algarismos, como mostra o exemplo na figura 8.

Figura 8 - Exemplo para a escrever em algarismo o número



Fonte: Livro de Ayres de Vasconcellos (1846, p.11).

A sexta lição é a continuação da lição anterior, iniciando com a representação da escrita das coleções de decimais, que são representados por algarismo escritos e separados por uma vírgula à direita das unidades. A esquerda da vírgula representa as unidades e a direita os decimais. No final da seção, ele menciona as quatro operações fundamentais da Aritmética (HOMEM, 1846).

A operação de adição, como é apresentada na sétima lição, é determinada pela reunião de muitos números em um só. Os diferentes números que se pretende reunir chamam-se parcelas, e o número que resulta dessa reunião chama-se soma. O autor apresentou a maneira de armar e responder uma conta de adição por uma regra: deve-se colocar as parcelas uma debaixo da outra, colocando unidade debaixo de unidade e assim sucessivamente. Depois, passa-se um risco e resolve começando pelas unidades e seguindo para as outras colunas (HOMEM, 1846).

Já na oitava lição, a regra aplicada para resolver as adições com números decimais é a mesma da lição anterior, dando atenção para a presença da vírgula e colocando vírgula abaixo de vírgula (HOMEM, 1846).

No tocante à nona lição, o autor apresenta a operação em que é feita a diferenciação entre dois números. O maior dos números dados chama-se *diminuendo*; e o menor, *diminuidor*; e o número que resulta da operação, *resto*, *excesso* ou *diferença* (HOMEM, 1846).

Ayres apresentou a regra para resolver a operação de diminuição. Primeiro, arma-se a conta, começando pelas unidades, tira-se as unidades do diminuidor das unidades do diminuendo, e escreve-se o resultado abaixo, depois, passa-se para dezenas, aplicando o mesmo raciocínio, e assim por diante. Quando a casa do diminuendo for menor do que o diminuidor, é necessário retirar da casa seguinte do diminuendo. Hoje, essa regra é conhecida como subtração com reserva ou

reagrupamento. Na décima lição, voltada para os números decimais, é válida a mesma regra para os números inteiros. No entanto, é necessário bastante atenção quando igualar em casa decimais os números dados (HOMEM, 1846).

As provas de adição e diminuição são trazidas na décima primeira lição a fim de conhecer se é ou não o resultado exato. O autor argumenta que é pela diminuição que se tira a prova da adição, já para a operação de adição, tira-se a prova pela diminuição (HOMEM, 1846).

A operação de multiplicação é apresentada na décima segunda lição. É a operação pela qual repete-se um número várias vezes quantas são as unidades de outro número. O autor chamou de *multiplicando* o número que se repete algumas vezes, de *multiplicador* aquele que indica as vezes em que os outros devem repetir-se e de produto o resultado, da mesma forma como são chamados hoje (HOMEM, 1846).

Na décima terceira lição, o autor ensina que para resolver a operação de multiplicação com números decimais é da mesma forma que se resolve com os números inteiros, inicialmente, sem fazer uso da vírgula, mas depois é usada no produto (HOMEM, 1846).

O autor explica, na décima quarta lição, que divisão é a operação pela qual se pretende conhecer quantas vezes um número se inclui em outro. O número que contém outro, algumas vezes, chama-se dividendo, aquele que é contido no primeiro, chama-se divisor e o número que resulta chama-se quociente. Na décima quinta, o autor apresentou a continuação da lição anterior, além da regra dessa operação (HOMEM, 1846).

No que concerne à décima sexta lição, Homem discorre que para a resolução de divisão com decimais, segue-se a mesma forma de resolver com os números inteiros, havendo cuidado de previamente igualar em casas decimais os determinados números (HOMEM, 1846).

O autor apresenta as provas de multiplicação e divisão, na décima sétima lição, menciona que para tirar a prova da multiplicação utiliza-se a divisão; e para provar a divisão, a multiplicação (HOMEM, 1846).

Na lição seguinte, o autor solicitou um resumo do que foi dito sobre as quatro operações. Ayres destaca a importância de revisar os conteúdos para a obtenção de conhecimentos futuros, que possuem como base essas operações (HOMEM, 1846).

O autor aborda que uma fração ou quebrado contém partes da unidade, temática essa trazida na décima nona lição. O denominador mostra em quantas partes estão divididas a unidade, e o numerador mostra o quanto temos dessas partes. A vigésima lição é a continuação dos conteúdos abordados na lição anterior (HOMEM, 1846).

Na vigésima primeira lição, o autor apresenta que nem todos os quebrados terão o mesmo denominador, mas pode-se reduzi-los. A redução dos quebrados ao mesmo denominador serve para torná-los homogêneos (HOMEM, 1846).

A vigésima segunda lição explana acerca da redução dos quebrados à expressão mais simples, trazendo a definição de máximo divisor comum, em que o maior número pode ser dividido por outros números exatamente. A vigésima terceira lição trouxe as regras das quatro operações envolvendo os quebrados (HOMEM, 1846).

Na lição subsequente, são trabalhadas as principais medidas de tempo como pesos, distâncias locais, medidas de tempo, entre outras. Tratou também da regra para somar os complexos, pela qual deve-se escrever as parcelas uma debaixo da outra, de modo que as unidades de mesma espécie fiquem na mesma coluna, em seguida, efetua-se a soma de cada coluna, iniciando pelas unidades de menor espécie, escreve-se o resto da soma, removendo as unidades da espécie imediata que se juntam as da próxima coluna. A regra para diminuir números complexos segue o raciocínio semelhante a essa (HOMEM, 1846).

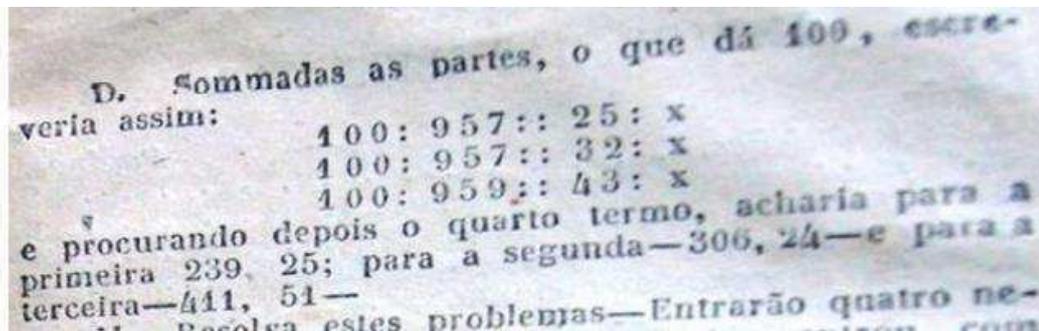
Na vigésima quinta lição, o autor apresenta que a parte alíquota é quando um número se contém em outro algumas vezes exatamente. E informou dois casos na multiplicação, o primeiro quando um dos fatores somente é complexo; e o outro, quando ambos são complexos (HOMEM, 1846).

Posteriormente, abordou-se a divisão dos números complexos. Ayres também estabeleceu dois casos: um quando só o dividendo é complexo, e o outro quando o dividendo e divisor são complexos (HOMEM, 1846).

A vigésima sétima lição discorre relativamente a respeito de razões, proporções e regra de três. O quociente de qualquer divisão mostra a relação que há entre dividendo e divisor, também chamado de razão. Para saber a razão de dois números, é preciso realizar a divisão. E a proporção é a igualdade de duas razões (HOMEM, 1846).

O autor, na lição seguinte, fez explanação sobre a regra de companhia e de juros, os últimos assuntos do livro. A regra da companhia, apresentada por Ayres, é aquela que ensina a dividir um número em partes proporcionais a números dados. O mestre interroga o aluno sobre como resolver a divisão do número 957 em três partes proporcionais aos números 25, 32 e 43. Para a resolução, ele fala que somando as partes resulta em 100, e logo apresenta as proporções, chamando o quarto termo de x. Para o número 25, encontrou 239,25, para o 32, 306,24 e para o 43, 411,51. A resolução do aluno, abordado no livro, será apresentado na figura 9 (HOMEM, 1846).

Figura 9 - Exemplo de Regra de Companhia

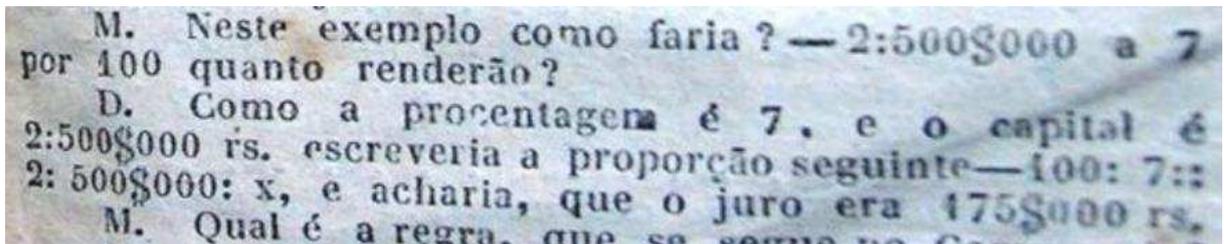


Fonte: Livro de Ayres de Vasconcellos (1846, p.63).

É possível observar que aparece 959 em vez de 957, na terceira proporção, podendo deduzir um possível erro de digitação.

Quanto à regra de juros, ensina que o juro é encontrado por meio do capital, porcentagem e o tempo dado. O autor ressalta que o número 100 é o número que constantemente é comparado a todos os capitais. Logo, a regra é praticada pela proporção de que 100 está para porcentagem, tal como o capital está para o juro. A figura 10 mostra um exemplo resolvido abordando juros.

Figura 10 - Exemplo resolvido de juros



Fonte: Livro de Ayres de Vasconcellos (1846, p.63).

No livro de Ayres, quando as quatro operações são trabalhadas, não se utiliza os sinais de adição (+), subtração (-), multiplicação (x), divisão (:) e igualdade (=).

O livro apresenta as definições de matemática de forma clara e precisa. Em todos os conteúdos, apresenta exemplos resolvidos para aplicar o conceito enunciado e também exercícios para serem resolvidos.

Embora o autor seja português, ele conseguiu produzir uma obra de Matemática direcionada para a população do MA.

4 ARITMÉTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE DOMINGOS AFFONSO MACHADO PARA ESCOLA PRIMÁRIA DO MARANHÃO

4.1 Domingos Affonso Machado: biografia e trajetória de atuação profissional

Domingos Affonso Machado, nascido em São Luís, capital do Maranhão, na data de 05 de julho, não há informação do ano do seu nascimento (SOARES; GUIMARÃES 2020, p. 124). Seus pais eram Rosa Gonçalves da Silva Machado e José Gonçalves Machado. Ele se casou com Maria Magdalena de Freitas Machado e tiveram três filhos, segundo as informações que se têm, seus nomes são: Rosa Emília de Freitas Machado, José Gonçalves Machado Neto e Joaquim de Freitas Machado. Consoante os autores citados, Rosa Emília era uma excelente estudante do Liceu e tornou-se diretora do Grupo Henrique Leal, José Gonçalves foi telegrafista, e Joaquim de Freitas era chefe da classe do Colégio Militar. Domingos também era conhecido como professor Machadinho (SOARES; GUIMARÃES 2020).

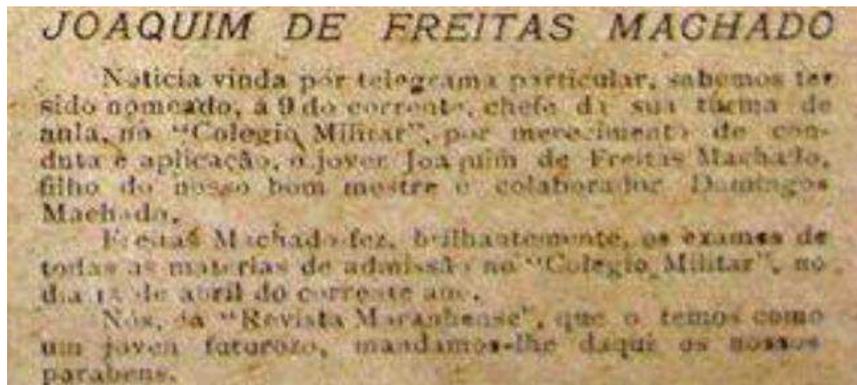
Figura 11 - Domingos Affonso Machado



Fonte: Revista Maranhense, 1920.

A Revista Maranhense (1918) fez um anúncio e deu os parabéns ao jovem Joaquim de Freitas Machado, filho de Domingos Affonso Machado, além de ser chefe da turma que participava, ele realizou teste de aceitação e obteve aprovação em todas disciplinas de forma exemplar.

Figura 12 - Notícia sobre Joaquim de Freitas Machado



Joaquim de Freitas Machado

Notícia vinda por telegrama particular, sabemos ter sido nomeado, a 9 do corrente, chefe de sua turma de sala, no "Colégio Militar", por merecidamente de conduta e aplicação, o jovem Joaquim de Freitas Machado, filho do nosso bom mestre e colaborador Domingos Machado.

E este Machado fez brilhantemente os exames de todas as matérias de admissão no "Colégio Militar", no dia 13 de abril do corrente ano.

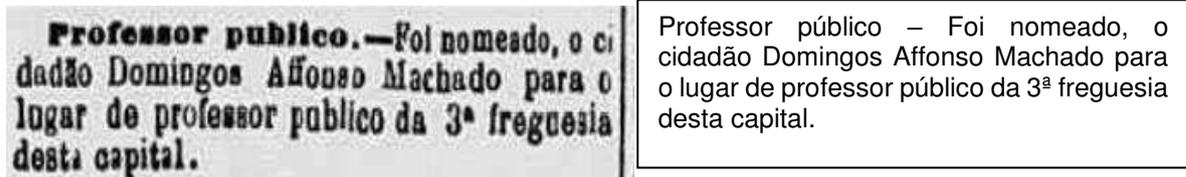
Nós da "Revista Maranhense", que o temos como jovem futuroso, mandamos-lhe daqui os nossos parabéns.

Fonte: Revista Maranhense, (1918).

Desde muito novo, Domingos já trabalhava como caixeiro no mercado comercial de São Luís, no entanto, antes de completar 20 anos, decidiu dedicar-se aos estudos. Em relação a sua vida acadêmica, conforme o Jornal Publicador Maranhense (1870), Domingos foi aprovado com louvor no Colégio de São João Batista. O Jornal O Paiz (1880) informa sua aprovação plenamente em Álgebra. Em 1884, obteve aprovação em Português, Aritmética, Geometria e Latim, ainda nesse ano foi aprovado na lista dos estudantes que concluíram o preparatório para diversas academias (O PAIZ, 1884). Em 1883, Domingos Affonso foi aprovado no concurso

público para professor na freguesia chamada de São João Batista, na capital de São Luís.

Figura 13 - Domingos é aprovado em concurso público



Fonte: Publicador Maranhense, 1883.

Conforme O Paiz (1888), Domingos Affonso pediu licença para cuidar de sua saúde.

A 3ª comissão examinou a petição do professor público da freguesia de S. João Batista da capital, Domingos Affonso Machado, que requer seis meses de licença com os respectivos vencimentos, para tratar-se de beribéri de que se acha sofrendo, como prova com o atestado que juntou. (O PAIZ, 1888, p. 1).

Conforme a citação acima, Domingos Affonso pediu seis meses de licença para tratar de Beribéri, é uma doença gerada pela falta de Vitamina B1 (Tiamina), quando há falta dessa vitamina no organismo, pode comprometer a função neural e também cardiovascular.

Domingos Affonso fez as provas da escola normal e adquiriu aprovação com destaque. O Jornal Pacotilha, em 13 de janeiro de 1891, traz a informação de que o professor Domingos Affonso prestou exame para Português e teve êxito em sua aprovação. Em 18 de janeiro do mesmo ano, foi aprovado plenamente em Pedagogia. Também obteve aprovação em outras matérias, como História do Brasil (PACOTILHA, 1891).

Em 1892, Domingos Affonso e Antonio Pacifico da Cunha inscreveram-se para o concurso do instituto Liceu Maranhense, que era voltado para área de Português. Foi um concurso bem apertado, tendo como aprovado Domingos Affonso Machado em 1º lugar, foi, então, nomeado para a disciplina de Português (PACOTILHA, 1892).

Em 1895, publica seu livro “Questões Práticas de Arithmetica”. No ano de 1896, cria o chamado Instituto São José, em colaboração com Raimundo Pacífico da Silva Campos, que era um instituto escolar de ensinamento primário e secundário e seu funcionamento era como internato, semi-internato e também recebiam alunos externos (SOARES; GUIMARÃES, 2020).

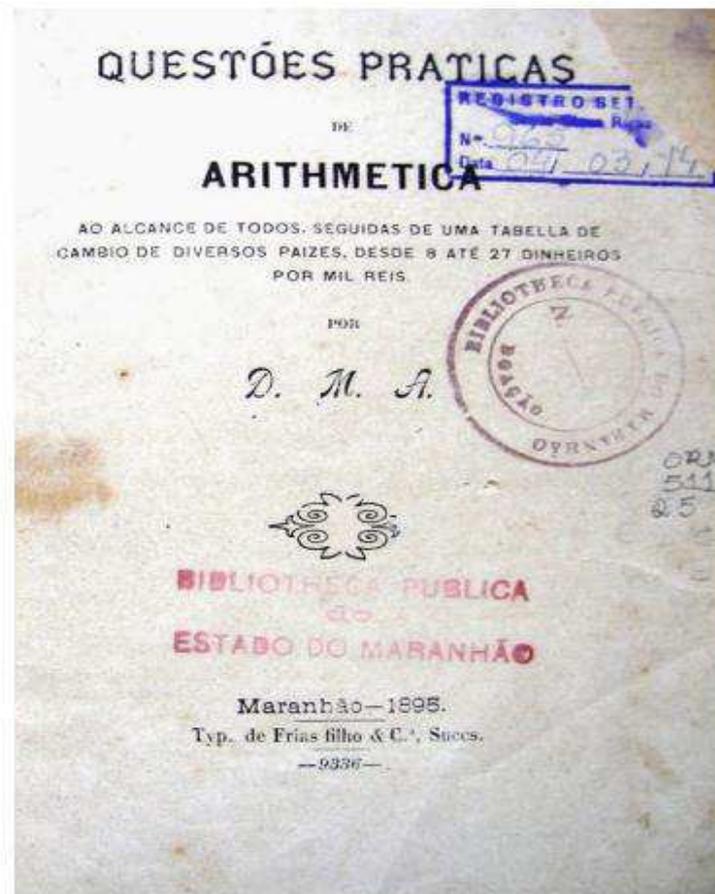
O professor Domingos Affonso Machado trabalhou em muitas instituições, como no Seminário das Mercês, colégio de S. Sebastião, colégio de Nazaré, colégio de Santa Rita de Cássia, Escola Normal, colégio de Santa Ana, Liceu Maranhense, entre outras. Ele também ensinava nas casas de pessoas que eram suas amigas e, com sua modéstia, não cobrava a remuneração pelas aulas que ministrava (REVISTA MARANHENSE, 1917). O professor Machado era muito considerado e consagrado entre os estudantes e os seus amigos, pois era uma grande pessoa e um excelente profissional.

4.2 Livro didático Questões Práticas de Arithmetica, 1895

De acordo com Silva (2016), em 1895, houve uma reorganização no ensino para as escolas primárias maranhenses e a apresentação do LD Questões Práticas de Aritmética.

O livro “Questões Práticas de Arithmetica”, acompanhando de “ao alcance de todos, seguido de uma tabela de câmbio de diversos países, desde 8 até 27 dinheiros por mil réis”, foi publicado em 1895 em São Luís do Maranhão, escrito pelo o professor Domingos Affonso Machado, a forma que está identificando o autor no livro é apenas com as iniciais de seu nome “D.M.A” (Figura 14).

Figura 14 – Capa do livro “Questões Práticas de Arithmetica”



Fonte: Livro de D.M.A. (1895).

O livro de D.M.A. (1895) é composto por 22 páginas, depois da página dezessete, o livro apresenta uma tabela de câmbio. A tabela apresenta as moedas que eram mais usadas no século XIX dos seguintes países: Inglaterra (£ esterlina), França (Franco), Alemanha (Reichsmark), Estados Unidos (Dólar) e Portugal (1000 fortes) (D.M.A, 1895).

Nascimento e Silva (2017), apontam que a obra de D.M.A. é tida como um importante recurso didático para ensinar aritmética, utilizado por vários professores direcionado ao ensino primário do MA.

Para observar melhor quais conteúdos de Matemática eram abordados no livro “Questões práticas de Arithmetica”, criou-se o quadro 7.

Quadro 7 – Conteúdos de Matemática no Livro de D.M.A. (1895)

Conteúdos Matemáticos	Páginas
Regra de três	3 – 4
Regra de três simples direta	4 – 5
Regra de três simples inversa	5 – 6
Regra de três composta	6 – 8
Câmbio	8 – 10
Juros	10 – 12
Desconto	13 – 15
Regra da Companhia	15 – 17

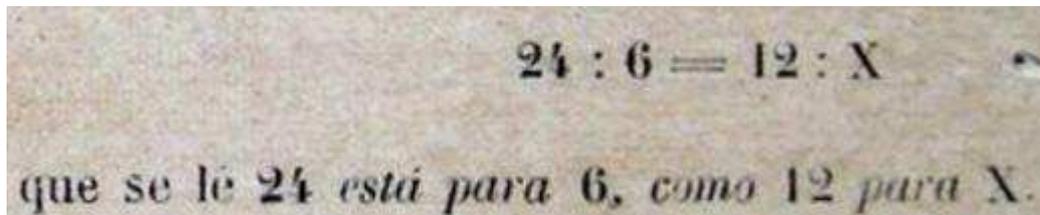
Fonte: Livro de Domingos Affonso Machado, datado no ano de 1895. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/209064>

É possível observar que o livro segue um degrau de conhecimento, começando do mais simples até o mais complexo. Percebe-se que houve preocupação quanto ao entendimento do leitor, destaca-se a fácil compreensão do conteúdo abordado.

A partir de agora, será apresentado um resumo dos conteúdos presentes no livro, seguindo sua ordem e a forma como foram abordados pelo autor.

O Livro de D.M.A inicia-se com Regra de três, que é definida como uma operação que tem por finalidade, dados três termos de uma proporção, determinar um quarto chamado de incógnita ou termo desconhecido (MACHADO, 1895). A figura 15 apresenta o exemplo de proporção e a forma da leitura.

Figura 15 - Exemplo de proporção



Fonte: Livro de Machado. (1895, p. 3).

A Regra de Três pode ser simples ou composta, direta ou indireta. Simples quando é possível resolver por uma proporção, composta quando se resolve por mais de uma proporção. Direta quando aumenta o principal, aumenta o relativo, diminui o principal, diminui o relativo. Inversa quando aumenta o principal, diminui o relativo ou diminui o principal, aumenta o relativo (MACHADO, 1895).

O autor explica que *principais* em uma proporção são os dois termos conhecidos da mesma espécie, e *relativos* são os dois outros termos em que um deles é desconhecido. Em seguida, o autor trata das espécies de Regra de Três, apresentando-as em forma de exercícios resolvidos, tendo em vista já haver apresentado suas definições (MACHADO, 1895).

O autor aborda a Regra de Três simples direta, explicando com a seguinte questão: “Se 8 operários fazem, em certo tempo, 30 palmos de uma obra, 12 operários, ao mesmo tempo, quantos palmos farão?” (MACHADO, 1895, p. 4). O autor explica que é uma regra direta, pois se 8 operários fazem 30 palmos de obra, os 12 operários deverão realizar um número maior de palmos no mesmo tempo. Ou seja, cresce o número de palmos, porque aumenta o número de operários.

Para a Regra de Três Simples Inversa, o autor aborda a seguinte questão: “A roda dianteira de um carro tem 60 centímetros, ao passo que a traseira tem 1 metro de diâmetro. Quantas voltas dará esta, enquanto aquela dá 5 voltas?” (MACHADO, 1895, p. 5). O autor explica que 60 centímetros e 1 metro ou 100 centímetros são principais, pois são termos conhecidos da mesma espécie. Os 60 centímetros possuem o seu relativo conhecido que é 5 voltas e os 100 centímetros possuem como relativo a incógnita. Após a resolução do exercício, o autor conclui que quanto maior for o diâmetro da roda, menor será o número de voltas.

Para a Regra de Três Composta, o autor apresenta a seguinte questão: “São precisos 40 quilos de alimento para uma equipagem composta de 10 pessoas para uma viagem de 6 dias. Se dita equipagem se compusesse de 16 pessoas e a viagem fosse de 9 dias, quantos quilos serão precisos?” (MACHADO, 1895, p. 6). O autor aborda toda a resolução da questão seguindo o mesmo raciocínio das outras questões apresentadas, mas com a diferença da quantidade de grandezas incluídas.

O próximo conteúdo é sobre Câmbio. Inicia definindo que se trata de uma Regra de Três simples, tendo como finalidade a conversão de moeda de um certo país em moeda pertencente a outro país. São apresentadas algumas questões resolvidas para abordar as conversões de moedas, utilizando a Regra de Três (MACHADO, 1895).

Logo depois, é apresentado o conteúdo de *Juros*, o autor aborda que trata do lucro que qualquer pessoa ou estabelecimento bancário recebe de uma quantia que emprestou. Ele completa dizendo que é como o aluguel do valor emprestado que varia de acordo com a taxa e o tempo (MACHADO, 1895).

A regra de juros envolve quatro dados: capital (C), juros (J), tempo (T) e a taxa (I). O autor discorre que essa regra, com a de câmbio, é uma Regra de Três, podendo realizá-la por meio de proporção (MACHADO, 1895). Porém, o autor fala que há um meio mais prático para encontrar o resultado, através das fórmulas apresentadas na figura 16.

Figura 16 - Fórmulas: juros, taxa, capital e tempo

$J \text{ (juros)} = \frac{C \times I \times T}{100}$	$C \text{ (capital)} = \frac{100 J}{I \times T}$
$I \text{ (taxa)} = \frac{100 J}{C \times T}$	$T \text{ (tempo)} = \frac{100 J}{C \times I}$

Fonte: Livro de Machado. (1895, p. 11).

O próximo conteúdo é sobre *Desconto*, o autor define como o “abatimento feito na importância de uma letra vencível em certo prazo, mas cujo pagamento se

realiza antes do vencimento”, ou seja, é o abatimento de um valor determinado pago antes do vencimento (MACHADO, 1895, p. 13).

Há duas formas de desconto: desconto por fora, que é o juro do valor nominal durante o tempo do seu vencimento; e o desconto por dentro, que é o juro do valor atual. Em seguida, explica que o valor nominal de uma letra é a quantia nela consignada. E o valor atual é uma quantia a juros durante o tempo do vencimento (MACHADO, 1895). A figura 17 mostra o exemplo apresentado pelo autor.

Figura 17 - Desconto por fora e por dentro

The image shows two handwritten mathematical formulas. The top one is for 'POR FORA' and the bottom one is for 'POR DENTRO'. Both use the variables C, I, and T to represent nominal value, interest rate, and time, respectively. The 'POR FORA' formula calculates the discount D as $D = \frac{C \times I \times T}{100}$, which is equivalent to $D = \frac{800.000 \times 9 \times 1,5}{100} = 108.000$ reis. The 'POR DENTRO' formula calculates D as $D = \frac{C \times I \times T}{100 + I \times T}$, which is equivalent to $D = \frac{800.000 \times 9 \times 1,5}{100 + 9 \times 1,5} = 95.154$ reis.

Fonte: Livro de Machado. (1895, p. 13).

O último conteúdo do livro versa sobre a Regra da Companhia, o autor define como “*a questão que tem por fim determinar o ganho ou perda entre membros de uma firma comercial*” (MACHADO, 1895, p. 15). Pode ser classificado em simples, ocorre quando só os tempos ou só as estradas são iguais; e composta, quando tanto os tempos quanto as entradas são diferentes (MACHADO, 1895). Para entender melhor, o autor trouxe exemplos das duas situações. Primeiro para tempos iguais e entradas diferentes, apresentou o seguinte exemplo mostrado na figura 18.

Figura 18 – Exemplo para tempos iguais e entradas diferentes

Tempos iguaes e entradas diferentes:
Bento, João e Francisco constituiram uma sociedade durante certo tempo, findo o qual houve um lucro liquido de 600.000. O primeiro entrou com 200.000, o segundo com 300.000 e o terceiro com 500.000. Pergunta-se qual deve ser o ganho de cada um ?

Fonte: Livro de Machado. (1895, p. 15).

Para descobrir o lucro de cada associado, multiplica-se a entrada pelo lucro total e divide-se o produto pela soma de todas as entradas. O lucro total é 600.000, e a soma de todas as entradas é 1.000.000, para obter o resultado é só aplicar a regra. O primeiro ganhou 120.000; o segundo, 180.000; e o terceiro, 300.000 (MACHADO, 1895).

Para tempos diferentes e entradas iguais, expôs o exemplo da figura 19:

Figura 19 - Exemplo para entradas iguais e tempos diferentes

Entradas iguaes, tempos diferentes:
Associarão-se Bento, João e Francisco, entrando cada um com 800.000. O primeiro permaneceu na sociedade apenas 1 1/2 mez (1,5) o segundo 3 mezes e finalmente o terceiro continuou com o negocio até o oitavo mez. Verificou-se um prejuizo de 1.600.000. Qual deve ser a perda de cada um ?

Fonte: Livro de Machado. (1895, p. 16).

O livro apresenta os conteúdos seguindo uma sequência lógica: dos conteúdos mais fáceis para os mais complexos. A forma como foram abordados os conteúdos foi simples e direta, oferecendo uma facilidade no entendimento dos assuntos. No decorrer do livro, o autor utiliza os sinais da matemática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – ALGUMAS REFLEXÕES

Quais explicações podemos dar hoje para **o que ensinamos** como Matemática nas escolas? Qual a **origem escolar** e que desenvolvimento tiveram os diversos conteúdos que hoje ensinamos? São perguntas a que o texto pretende responder [...] Nossa história, então, **procurou rastrear a trajetória da constituição da Matemática escolar como um conjunto organizado de conteúdos para o ensino elementar da Matemática** no Brasil. Chamo esse conjunto de teoria escolar. As principais fontes de pesquisa foram **os livros didáticos**. **Os livros didáticos como um lugar privilegiado da matemática escolar** (VALENTE, 1999, p.19, grifos da autora).

O excerto acima, de autoria de Valente (1999), aponta pistas para respostas do que nos propomos neste estudo. O que ensinamos hoje na escola, em particular nos primeiros anos escolares? Como foram organizados esses conteúdos? Houve permanências? Alterações na marcha organizacional desses conteúdos? Todos esses questionamentos ainda continuam no centro de discussões, porém, ao abordar a Aritmética Escolar nos livros didáticos de Ayres de Vasconcellos e Domingos Affonso, voltados para o ensino primário do Maranhão, século XIX, buscamos compreender como foram tratados tais conteúdos em épocas passadas, o que nos faz refletir como eram os métodos de ensino, a metodologia e os materiais didáticos. Dessa forma, este trabalho buscou abordar os conteúdos de Aritméticas nesses livros.

Assim, para obter uma aproximação com o tema e a pergunta-problema em estudo, foram realizadas pesquisas de trabalhos acadêmicos publicados nas bases de dados escolhidas, além de levantamentos de dados de trabalhos selecionados que sinalizavam aproximação com as possíveis respostas. Todo o referencial teórico abordado teve um importante papel para a fundamentação deste trabalho, expondo ideias e conceitos de autores já citados. Na história do LD, foi apresentada a trajetória para a criação desse instrumento tão utilizado na educação. As informações obtidas com o histórico do LD foram fundamentais para saber como ocorreu o desenvolvimento desse material. Durante sua trajetória, passou por muitos desafios até conquistar seu lugar na educação como material didático para professores e alunos.

Com efeito, esta pesquisa tomou como base os dois livros best-sellers, em que as biografias dos autores, abordadas no texto, tiveram o intuito de proporcionar um resgate da constituição da matemática escolar no Maranhão do século XIX. No LD

de Ayres, a metodologia era através de lições práticas baseadas em perguntas e respostas. O livro recomendou os exercícios resolvidos e também exercícios sem resposta para o aluno exercitar o que aprendeu. No LD de Domingos, a metodologia era de forma direta, abordando os conceitos e logo em seguida exemplos práticos resolvidos para aplicação do conceito apresentado.

Com a pergunta: Como os conteúdos de *Arithmética* foram organizados nos livros didáticos *Primeira Noções de Arithmetica* e no livro *Questões Práticas de Arithmetica* para o uso dos alunos das escolas de ensino primário no Maranhão? Foi possível inferir tais resultados parciais: os conteúdos nos livros eram abordados de forma direta, apresentando o conceito e logo depois exemplos para aplicar o assunto dado. Esses conteúdos eram impostos para o EP como os números, as quatro operações fundamentais da matemática, regra de três, entre outros, e se fazem presentes nos dois livros. Foi possível observar, nos livros, exemplos práticos, ou seja, relacionados ao comércio no cotidiano das pessoas. Assim, apresenta uma aproximação dos conteúdos ensinados com a realidade do que era vivido.

Desse modo, partindo da premissa de que o presente trabalho contribuiu para o campo científico, instiga a elaboração de novas pesquisas abordando sugestões como os programas de ensino, formação de professor, ou até mesmo podendo dar continuidade às pesquisas sobre os livros didáticos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. R. C. **A mulher professora e o ensino primário do estado do Maranhão na década de 1960**. 2012. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

BASTOS, M. H. C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 115-133, 1997.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 383 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208387>. Acesso em: 24 jan. 2022.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 239 p. ISBN 978-85-7526-358-7.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 153 p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, 05 jan. 1939.

_____. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827** – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73.

_____. Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, 27 dez. 1937.

CASTELLANOS, S. L. V. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-21, 2020.

_____. A instrução da criança desvalida no Maranhão oitocentista. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 791-815, 2019.

_____. **O livro escolar no Maranhão império: produção, circulação e prescrições**. 2012. 453 p. Tese (Doutora em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara - SP, 2012.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, p. 5-24, Pelotas, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

COSTA, D. A. **A Aritmética Escolar no Ensino Primário Brasileiro: 1890-1946**. 2010. 279 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo., São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1792>. Acesso em: 5 ago. 2021.

COSTA, O. A. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 - 1881)**. 2013. 210 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo., São Paulo, 2013.

CRUZ, M. C. A.; PINTO, N. B. Joaquim de Oliveira Santos e suas contribuições na divulgação de saberes matemáticos no maranhão (1908-1923). **ACERVO - Boletim do Centro de Documentação do GHEMAT**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 134-146, 2020.

GHEMAT – Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática. **Glossário**. São Paulo: 2016. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158952>. Acesso em: 04 jul. 2022.

GOMES, E. P. **A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX**. 2015. 212 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

HISTÓRICO. In: **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 04 ago. 2021.

JOSÉ de Mello Jr. (A Evolução do Livro e da Leitura), **Oceano de letras**, [S. l.], 9 dez. 2009. Disponível em: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/2009/12/09/jose-de-mello-jr-a-evolucao-do-livro-e-da-leitura/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. São Paulo: Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 462-473.

MARANHÃO. **Decreto nº 94 de 1 de setembro de 1891**. Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão. Typ. Dos Frias e Filho, 1 set. 1891.

MARANHÃO. **Regulamento do Ensino Primário de 1894**.

MARTINS, Nádia; SILVA, Marylucia. Aritmética no programa de formação de professores primários no Maranhão, 1905. **16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, Campina Grande, Paraíba, p. 1-10, 2018.

MELLO, L. de. **Pintores maranhenses do século XIX**. São Luís: Lithograf, 2002.

NASCIMENTO, Denise; SILVA, Marylucia. Primeiras noções de aritmética para uso das escolas de ensino primário maranhense: fragmentos do livro de Ayres Vasconcellos e D.M.A. (1846 e 1895). **XV Seminário Temático Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990**, Pelotas, Rio Grande do Sul, p. 1-10, 2017.

ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO. In: **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-origem-livro-didatico.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PINTO, N. B. O fazer histórico-cultural em educação matemática: as lições dos historiadores. In: **Anais [...] Seminário de história da matemática**, 7, 2007. Guarapuava: Universidade do Centro-Oeste, p. 109-127, 2007.

SILVA, J. R. da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**, v. 5, n. 1, p. 177-197, Goiás, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28966>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, M. C. **Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos no ensino público primário entre Maranhão e São Paulo**: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895. 2016, 137 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas., Pelotas, RS, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3739>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SOARES, W. J. B. Do liceu maranhense às universidades da Europa: O que se sabe sobre os matemáticos no Maranhão do século XIX. **ANAIS[...] ENAPHEM - Encontro Nacional de Pesquisas em História da Educação**, Vitória da Conquista (BA), n. 1, p. 1-14, 5 jan. 2022.

SOARES, W. J. B. **Juros em Livros Didáticos de Matemática no Maranhão do Século XIX**. 2009. 186 p. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Campinas, 2009.

SOARES, W. J. B; GUIMARÃES, M.D. A Expertise docente de Domingos Affonso Machado e sua obra de aritmética. **REMATEC: Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, [s. l.], v. 15, n. 34, p. 120-137, 2020.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 14, p. 61-88, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30070>. Acesso em: 24 jun. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: ATLAS S.A., 1987. ISBN 85-224-0273-6.

VALENTE, W. R. Que matemática para formar o futuro professor? História do saber profissional do professor que ensina matemática. **Revista Exitus**, v. 9, n. 2, p. 15-25, Santarém/PA, 2019.

_____. A matemática nos primeiros anos escolares: Elementos ou rudimentos? **Hist. Educ. (Online)**, v. 20, n. 49, p. 33-47, Porto Alegre, 2016.

_____. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 2.2, p. 28-49, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160378>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. História da formação do professor que ensina matemática: etapas de constituição da matemática para ensinar. **Revista BOEM**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 10-24, 2022. DOI: 10.5965/2357724X10192022010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/21698>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. Livro didático e educação matemática: uma história inseparável. **Zetetike**, v. 16, n. 30, p. 139-162, Campinas, 2008.

_____. Quem quer ser professor de matemática? **Zetetiké**, v. 20, n. 37, p. 11-33, Campinas, 2012.

_____. Oito temas sobre história da educação matemática. **REMATEC-Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, v. 8, n. 12, p. 22-50, Natal (RN), 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160384>. Acesso em: 15 fev. 2022.

_____. Que formação matemática para o professor dos primeiros anos escolares? **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 7, n. 13, p. 73-84, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/123>. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. **Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930**. São Paulo: Annablume, 1999.

LIVROS DIDÁTICOS CONSULTADOS

HOMEM, Ayres de Vasconcellos Cardoso. **Primeiras Noções de Arithmetica:** para o uso dos Alunos das Escolas de Ensino Primário em 28 lições. São Luís: Typ. Maranhense, A. J. da Cruz, 1846.

MACHADO, Domingos Affonso. **Questões práticas de Arithmetica:** ao alcance de todos, seguidas de uma tabela de câmbio de diversos países, desde 8 até 27 dinheiros por mil reis. São Luís: Frias Filho, 1895.

JORNAIS CONSULTADOS

- Gazeta de Lisboa, 18 de julho de 1829, p. 695.
- O Paiz, Maranhão, 30 de abril de 1864, p. 4.
- O Paiz, Maranhão, 31 de julho de 1880, p. 3.
- O Paiz, Maranhão, 4 de setembro de 1884, p. 2.
- O Paiz, Maranhão, 7 de novembro de 1884, p. 3.
- O Paiz, Maranhão, 29 de novembro de 1884, p. 2.
- O Paiz, Maranhão, 13 de abril de 1888, p. 1.
- Publicador Maranhense, 30 de abril de 1845, p. 4.
- Publicador Maranhense, 13 de agosto de 1845, p. 1.
- Publicador Maranhense, 16 de maio de 1846, p. 4
- Publicador Maranhense, 20 de dezembro de 1870, p. 2
- Publicador Maranhense, 23 de setembro de 1883, p. 2.
- Pacotilha, Maranhão, 13 de janeiro de 1891, p. 3.
- Pacotilha, Maranhão, 18 de janeiro de 1891, p. 3.
- Pacotilha, Maranhão, 28 de julho de 1892, p. 3.

REVISTA CONSULTADA

- Revista Maranhense, 1917.
- Revista Maranhense, 1918.
- Revista Maranhense, 1920.

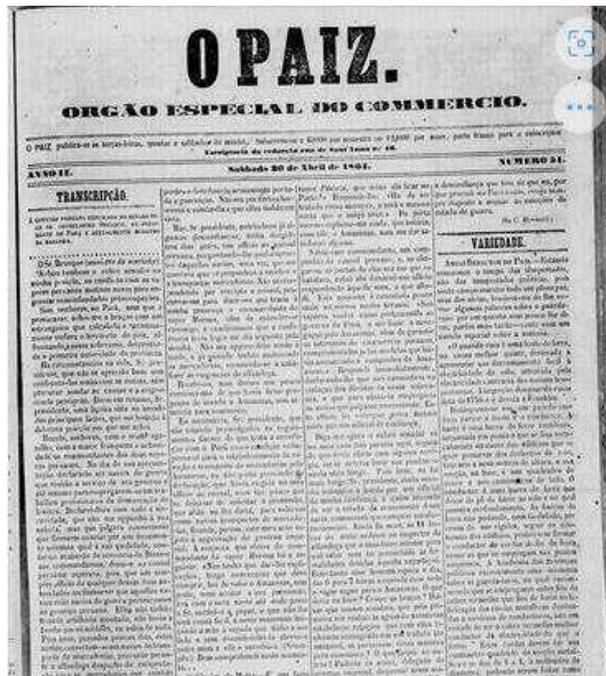
ANEXOS

ANEXO A - Gazeta de Lisboa, 18 de julho de 1829



Fonte: <https://books.google.com.br/books?id=7hAwAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q=12%20de%20maio&f=false>

ANEXO B - O Paiz, Maranhão, 30 de abril de 1864



Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704369&pagfis=415>

ANEXO C - O Paiz, Maranhão, 31 de julho de 1880, p. 3

Ano 1880 | Edição 00169

<p>mes de bomtem:</p> <p style="text-align: center;">Geometria.</p> <p style="text-align: center;">Aprovados plenamente.</p> <p>Affonso Avelino Mendes. Affonso Jansen da Silva Pereira. Eduardo Jansen Vieira de Mello. Horacio Quintiliano da Rocha. José Maria Alves. Raimundo Filomilo dos Reis.</p> <p style="text-align: center;">Aprovados.</p> <p>Theodorico Carneiro da Costa Mauris. José Joaquim Marques de Figueiredo. — Serão chamados amanhã</p> <p style="text-align: center;">Algebra.</p> <p>Affonso Avelino Mendes. Antonio Pacifico da Cunha. Antonio José de Souza Junior. Benjamin de Souza Junior. Benjamin de Souza Leite. Domingos Affonso Machado. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Horacio Coelho Lopes. João Baptista da Silva Pereira. José Joaquim Marques de Figueiredo. Paulo Moreira da Silva. Pedro de Alcantara Freire. Raimundo Jesus de Souza.</p> <p>Vapor para o Maraim. — A viagem</p>	<p>garantida a maxima liberdade religiosa; nenhum cidadão pode ser forçado a contribuir para um culto qualquer.</p> <p>As actuaes egrejas parochiaes ficam pertencendo por um certo tempo ás communhas. O estado reserva para si a egreja de S. Pedro, em Genebra, para as solemnidades officiaes.</p> <p>A egreja catholica, como a egreja protestante, receberá directamete dos fiéis a quota voluntaria que fór preciso para a sustentação do culto.</p> <p>Passageiros. — Sábidos no vapor Bahia em 23:</p> <p style="text-align: center;">Para o Pará.</p> <p>João de Salles Castro, sua senhora, Edmundo Campton, Dr. Gregorio T. de Azeredo, Dr. Olympio Ribeiro Britto, sua senhora, e 1 filho, Americo Machado, Bernardino Reis da Costa Monteiro, Maria Angelica Pedrellini, Antonio Pinto Dias de Souza Junior, Ignacio de Britto da Silva, Baimiro Francisco do Nascimento, Eloy Joaquim Torres, 5 secretários a entregar.</p> <p>— Entrados no vapor — Alcantara em 24: Da Parahyba.</p> <p>José Olympio de Araujo, João Olympio de Moraes.</p>	<p style="text-align: center;">Navios</p> <p>Barcelona — Peps, Cesrá — Das, varios</p> <p style="text-align: center;">Navios</p> <p>Liverpool — Emilia, Pernambuco — Manoel e C. Porto e Pernambuco — Pato.</p> <p style="text-align: center;">EDI</p> <p style="text-align: center;">Thesourari</p> <p>De ordem do Ilustre Tribunal do Tesouro Nacional, de 200\$000 da 4.ª circumscriçáo do Ministerio dos Negocios de Janeiro em 22 de Junho de 1880.</p> <p>José Antonio de Moraes e Silva, Inspector da Fazenda que em dezembro de 1880</p>
--	---	--

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704369&pagfis=3863>

ANEXO D - O Paiz, Maranhão, 4 de set. e 7 de nov. de 1884

Ano 1884 | Edição B00055

<p>7 João Cantidio Leite Marques, approvado plenamente.</p> <p>8 José Pinto de Moura, approvado.</p> <p>9 José Roxo de Almeida Braga, approvado plenamente.</p> <p>10 Juvencio Odorico de Mattos: approvado plenamente.</p> <p>11 D. Luzia Emilianos Pereira de Castro, approvada plenamente com distincção.</p> <p>12 Polydoro Cezar de Negreiros, approvado.</p> <p>13 Reprovado.</p> <p style="text-align: center;">Geometria</p> <p>1 Antonio José Pereira Junior, approvado plenamente.</p> <p>2 Augusto Tasso Fragoso, approvado plenamente.</p> <p>3 Domingos Affonso Machado, approvado plenamente.</p> <p>4 José Firmino Lopes de Carvalho, approvado plenamente.</p> <p>5 José Pinto de Moura, approvado plenamente.</p> <p>6 Juvencio Odorico de Mattos, approvado.</p> <p>7 Raimundo Nonato Vieira Braga, approvado.</p> <p style="text-align: right;">(Continua)</p>	<p>ra desta cidade, em prestações, segundo os rendimentos da collectoria, quantia que tem de ser applicada a diversas fins do respectivo municipio.</p> <p>Vapor Braganza. Para Liverpool, com escala por Lisboa, segue este vapor no dia 6 ás 4 horas da tarde.</p> <p>Rua da Inveja. Queixão-se os moradores da rua da Inveja, na parte comprehendida entre a Fonte das Pedras e a rua das Creoulas, do máo estado em que se achava aquella rua, devido ás aguas que escorrem de um poço que estão abriendo nas immedições.</p> <p>Aquelle lugar está transformado em um grande lamaçal, que impede o trancito publico.</p> <p>A camara municipal cumpre providenciar sobre o facto.</p> <p>Policia. A ordem do Sr. D. chefe de policia foi posto em liberdade o individuo Joaquim de Moraes Arauza.</p> <p>Instrucção publica. Hoje, perante a inspectoría da instrucção publica, apresentaram-se a exame, como candidatas ás cadeiras de instrucção primaria do sexo feminino do Riachão, Imperatriz, Aryvozes, Barreirinhas, Tutoya, Morro-Alto e Mocajuba, as</p>	<p>à requerimento de Amibal Alves de Carvalho, apresentou hoje o impressor deste jornal o original de carta que com o epigrama — Busca — publicamos em 14 do mez passado.</p> <p>O Sr. juiz recebeu-o e mandou dar vista á parte queixosa.</p> <p>— Na mesma audiencia compareceu á requerimento do Sr. D. chefe de policia, o Sr. Raimundo Ferreira de Mello, aim de dar explicações sobre um artigo publicado na «Parahyba», em que se julga offendida a mesma autoridade.</p> <p>Foram scultas as explicações dados pelo Sr. Mello.</p> <p>Asucar do Engenho Central. — Hoje estiveram embandeirados os armazens do thesonro provincial para receberem a primeira remessa do asucar do engenho central S. Pedro.</p> <p>Tambem no porto do engenho houve demonstrações festivas quando a primeira barca começou a carregar.</p> <p>Os reporters. — Não é neste seculo que se crearam os officios de jornalistas, reporters e correspondentes.</p> <p>Já existião em tempos muito remotos; os reporters são mais antigos do que os</p>
--	---	--

Latin.	Vento.
1 Aarão Araruama do Rego Britto.	1 Aarão Araruama do Rego Britto.
2 Alvaro Ribeiro de Sá.	2 Alexandre Collares Moreira Neto
3 Antonio Carlos Muniz Salazar.	3 Antonio José Gonçalves de Medeiros
4 Antonio Tavares de Carvalho e Silva.	4 Antonio Roxo Marques Rodrigues
5 Antonio José Pereira Junior.	5 Antonio Rodrigues Beyma de Souza
6 Antonio José Gonçalves de Medeiros.	6 Antonio Tavares de Carvalho e Silva
7 Antonio Martiniano Coelho.	7 Arthur Tasso Fragoso.
8 Arthur de Souza Lemos.	8 Augusto Olympio de Araujo e Souza
9 Augusto Olympio de Araujo e Souza.	9 Constancio de Vilhena Souza Brito
10 Augusto Tasso Fragoso.	10 Decydes Corrêa Guedelba Machado
11 Benjamin Arauza de Moura.	11 Eduardo Ribeiro Machado.
12 Constancio de Vilhena Souza Britto.	12 Euclydes Antonio de Moraes Reis
13 Domingos Affonso Machado.	13 Francisco de Assis Ribeiro.
14 Eduardo Ribeiro Machado.	14 Francisco Gonçalves dos Reis Junior
15 Epaminondas Cezar de Negreiros.	15 Francisco Nina.
16 Euclydes Antonio de Moraes Reis.	16 José Barreto Costa Rodrigues.
17 Feliciano José dos Santos.	17 José Augusto de Godoy e Vasconcellos.
18 Francisco de Assis Ribeiro.	18 José de Assis Collares Moreira.
19 Francisco Nina.	19 José Henriques Guilho.
20 Franco Gonçalves de Oliveira.	20 João Antonio de Carvalho Leite
21 Heracito da Graça Arauza.	21 João Baptista Ferreira de Souza
22 Ignacio Xavier de Carvalho.	22 João Cantidio Leite Marques.
23 José Barreto da Costa Rodrigues.	23 João de Moraes Martins Filho.
24 José de Assis Collares Moreira.	24 Joaquim Henriques Belfort.
25 José Mendes Pereira.	25 Joaquim Raimundo Pires.
26 José Pinto de Moura.	26 Juvencio Odorico de Mattos.
27 José Roxo de Almeida Braga.	27 Luiz Ribeiro Guterres.
28 João Antonio de Carvalho Leite.	28 Manoel de Bethencourt.
29 João Baptista Ferreira de Souza.	29 Manoel Clementino Ribeiro.
30 João Dias de Freitas.	30 Manoel Antonio de Carvalho Leite
31 João José Fernandes Veiga.	31 Nestor Nina Rosa.
32 João Pinto da Costa.	32 Raimundo da Silva Perdigão.
33 João dos Santos / havas.	33 Raimundo de Moraes e Silva
34 Joaquim Raimundo Pires.	
35 Juvencio Odorico de Mattos.	
36 Leoncio Jansen de Medeiros.	

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704369&pagfis=3877>

ANEXO E - O Paiz, Maranhão, 29 de novembro de 1884, p. 2

deste mez:	co vicio.
1815934	Preparatorios. —Concluíram os preparatorios para diversas academias do imperio os seguintes estudantes: Alexandre C. Moreira Netto. Alvaro Ribeiro de Sá. Antonio Rodrigues Bayma de Souza. Antonio Roxo Marques Rodrigues. Augusto Tasso Fragoso. Antonio M. Coelho. Domingos Affonso Machado.
4355033	
2625235	
8825202	
buco, com o	
o nosso por-	
, com carre-	

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704369&pagfis=7487>

ANEXO F – O Paiz, Maranhão, 13 de abril de 1888, p. 1

promotor pu- brejo, bacha- Ferreira para r para aquel- lo de Araujo	cença da mesma camara para a edificação de curraes de peixe.	licia da capital e pediente, resolv- nio da Rocha e que pedio do ca- do de policia de ar para o substi- Gomes de Olivei
das commu- la provincia feito a porta- bro do anno e nomeou o da Cruz Fi promotor pu- baixo-Mearim rido cargo o en Ferreira. das commu-	Despachos. <i>Do dia 13.</i> Annibal Guillon d'Oliveira, na petição despachada em 23 de fe- vereiro ultimo.—Não pode ser at- tendido. João de Aguiar Almeida, idem idem em 22.—Idem. Domingos Affonso Machado, pro- fessor publico da 3.ª freguesia da capital, pedio um mez de licen- ça sem vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier.— Como requer	Communicou- policia da capi- expediente. OM Ao bacharel reira, juiz de d de Alcantara. seu officio de haver v. s. na no goso de um com ordenado, te do Tribunal concedido. —Ao juiz mu- rinhas, bachari
s. runo Jansen to da commu-	EXPEDIENTE DO DIA 14. Portarias	

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704369&pagfis=11453>

Anexo G - Publicador Maranhense, 30 de abril de 1845, p. 4


MOVIMENTO


DO PORTO.

Entradas no dia 27.

Lisboa—Em 26 dias, o Brigas Portuguez Carlota Amelia, cap Manoel Joaquim dos Santos, equip 13 pessoas consignatario João da R. Santos, passageiros João Pires de Vasconcellos, Francisco Alves, José dos Santos Tavares, Domingos José Soares, Jacob Taveado, Ayres de Vasconcellos Carneiro Hamem, Antonio Marques da Souza Bello.

28—Porto—Em 27 dias, a Barca Portugueza Minerva

Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1845_00279.pdf

ANEXO K - Publicador Maranhense, 23 de setembro de 1883

ANNO XLII

ASSIGNATURAS.

CAPITAL — Semestre... \$2000
 * — 1.º trimestre... \$1000
 INGRESSO — Semestre... \$2000

Publicador Maranhense

NUMERO 216

PUBLICADA-SE
 Todos os dias da manhã, exceto
 as segundas-feiras, e todas as festas
 e santificadas ou feriadas.

JORNAL DO COMMERCIO, ADMINISTRAÇÃO, LAVOURA E INDUSTRIA.

Propriedade de Ignacio José Ferreira.

MAANHÃO — Domingo 23 de Setembro de 1883.

Redação e Typographia, largo de Palacio n.º 5

SECÇÃO OFFICIAL

Governo da Provincia
 Paes' o 5 de setembro de 1883.
 Circular.

ra; até aquelle ponto, e bem assim á qua-
 tre ditos, sendo um de cada osso de ida-
 de e os outros memores de dez annos.

—Ao mesmo.— Sirva-se vmo. de, por
 conta do ministerio da guerra, dar sans or-
 dems para que todas passagens de camara
 até a corte do imperio, o 2.º esdote Elliot,
 le Santa Anna Fries, que da companhia
 de manufactura de Pisahy veio com esse des-
 tino.

—Ao capitão do porto.— Faga vmo. ter-
 ceira da companhia de aprelhos mar-
 timos de S. Paulo, e de S. Paulo, e de S. Paulo.

Segundo rs. imposta pela alfandega por
 não haver a v'ração legal; fozto aquelle ce-
 tado a occupação de missas de realida-
 da de seus escravos Estimando e Beneficên-
 cia, e o segundo da do 1000000 que lhe im-
 puz o collector de Ovaras, por não ter o
 devido tempo da a mistura e ingenho
 Malaga ao f'ho de sua escrava Graciana,
 a isto o ago constar a v. s. para os dias
 convinentes.

—Ao mesmo.— Comminando-me o ha-
 ber o rei Auguste de Malo Boza, substituto
 da v'ra criminal da commercio da capital

4 do corrente, prorogado por trinta dias
 o pra-o que por portaria de 21 de maio
 ultimo foi marcado ao cidadão Jaco Rodri-
 gues Nunes do Albuquerque para pre-
 tar juramento de cargo de 2.º surpleto
 para municipal e de orphãos do termo
 da Vargem Grande assim o communiquei
 a v. s. para a divida intel grante.

—Ao juiz de direito da c. marca de Al-
 cantara. A esse o re evimento de sua offi-
 cio de 21 de agosto ultimo acompanhando
 dos magis d. est tística judiciali relati-
 vos ao anno proximo pasado.

patifio pagamento da prestação mensal re-
 lativa ao mes de agosto e junho—lo thogu-
 ro publico provincial para pagar em ter-
 mo.

João Marcello Leão Junior, al' rex do
 2.º batalhão n.º 4.º da guarda nacion-
 al do Ceará, não tendo sido apresentado
 na nova organisação por se que seja regu-
 lado ao la al'ho n.º 23 do mes no mes o-
 ctobre—Del'rio.

Jos. Innocencio Diniz, professor publico
 la v'ra de S. Vicente Ferrer, pedindo dois
 meses de licença com ordenado para tras-

Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1883_00216.pdf

ANEXO L - Pacotilha, Maranhão, 13 e 18 de janeiro de 1891

ESCOLA NORMAL.

Resultado dos exames de hon-
 tem.

Portuguez.

De accordo com o Regulamento
 da Instrucção Publica prestou exa-
 me o professor publico da 3.ª fre-
 guezia da capital, Domingos Affon-
 so Machado, sendo approvedo ple-
 namente com distincção.

ESCOLA NORMAL

Foi este o resultado dos exames
 de hontem:

Pedagogia.

1º anno.

Approvedos plenamente.

Professor publico Domingos Af-
 fonso Machado e as alumnas dd.
 Neomenia de Oliveira Cruz, Possi-
 donia Paschoa Ribeiro e Herminia
 Augusta Soares Ferreira.

Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=A%20Escrava,%20por%20Maria%20F.%20dos%20Reis.&pagfis=11093

ANEXO M - Pacotilha, Maranhão, 28 de julho de 1892, p. 3

Foram acclamados para as ca-
 deiras do Lyceu Maranhense a bi-
 xo mencionadas os seguintes cida-
 dãos:

Portuguez — Domingos Affonso
 Machado.

Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=A%20Escrava,%20por%20Maria%20F.%20dos%20Reis.&pagfis=13129

ANEXO N – Revista Maranhense, 1917



Fonte: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160106110201.pdf

ANEXO O – Revista Maranhense, 1918



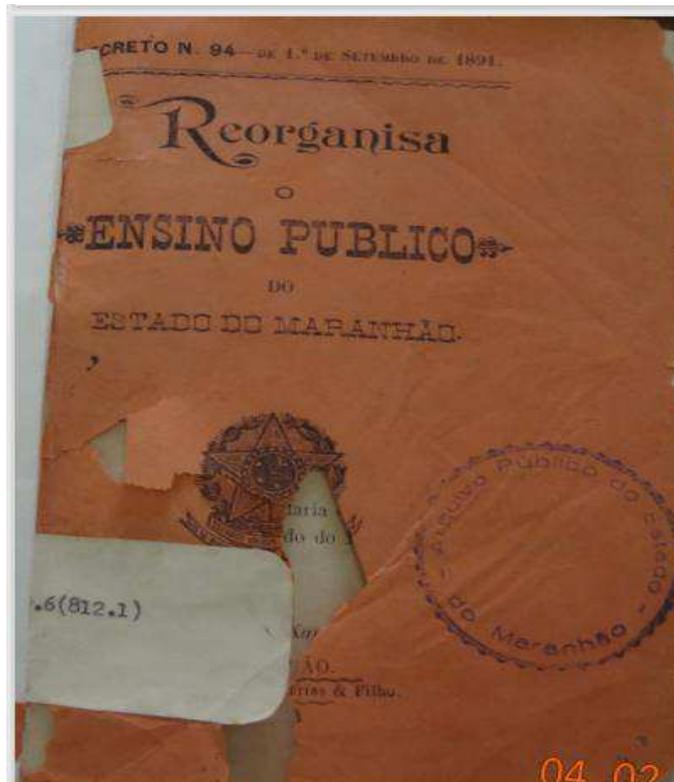
Fonte: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160106110201.pdf

ANEXO P – Revista Maranhense, 1920



Fonte: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160106110201.pdf

ANEXO Q - Decreto nº 94, de 01 de setembro de 1891 – Reorganiza o ensino público do estado do MA



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175255>

ANEXO R - Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1894



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/175258>